

Relato **Integrado** 2025



Menu interativo
(Navegue pelos capítulos)

Navegação
(Navegue pelas páginas
e retorne para o sumário)

Relato Integrado 2025

Elementos interativos 
(Passe o mouse sobre os elementos)

Elementos clicáveis 
(Clique nos botões)

Conselho Federal de Contabilidade

Relato integrado 2025 / Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: CFC, 2025.

62p.

Publicação on-line.

1. Governança Corporativa – Conselho Federal de Contabilidade. 2. Planejamento Estratégico. 3. Gestão de Riscos. 4. Gestão Orçamentária e Financeira. 5. Relato Integrado. I. Título.

CDU 658.15(047)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Lúcia Helena Alves de Figueiredo CRB 1/1.401

Sumário

Mensagem do Presidente.....	05
Quem somos.....	05
• Identidade Organizacional.....	08
• Governança no Sistema CFC/CRCs	09
• Cadeia de Valor.....	10
• Modelo de Negócios	11
• Ambiente Externo	12
• Riscos, Oportunidades e Perspectivas	14
• Governança	17
• Estratégia	18
• Principais canais de comunicação com a sociedade	20
• Desempenho	21
• Resultado das atividades de gestão	36
• Declaração da contadora do CFC	50
• Balanço Patrimonial (BP).....	51
• Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).....	52
• Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).....	52
• Balanço Financeiro (BF)	52
• Balanço Orçamentário (BO).....	53
• Restos a Pagar Processados (RPP).....	54
• Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).....	54
• Notas Explicativas (NEs) às demonstrações contábeis em 31/12/2025	55

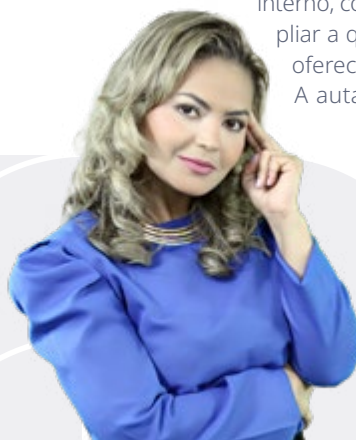


Selecione
as opções

Sobre este Relato

O Relato Integrado (RI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é o resultado do trabalho sinérgico das coordenadorias da entidade. O documento materializa a integração entre os setores e fortalece a governança na autarquia. A oitava edição do documento abarca o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025. O material foi construído de forma clara, objetiva e interativa, de modo que a promoção da transparência e do controle social seja um dos produtos principais gerados pelo RI.

Por meio de leitura fácil e estética agradável, o Relato apresenta os principais feitos e resultados do Conselho no ano de 2025. No documento, é possível verificar o foco e os avanços da entidade na adoção de novas soluções tecnológicas que colaboram para o aprimoramento das suas tarefas, em especial aquelas relacionadas às suas atividades-fim. Outra iniciativa que ganha realce é o investimento do CFC em capacitações para o seu público interno, com a finalidade de ampliar a qualidade dos serviços oferecidos à classe contábil. A autarquia ainda aprovou



Contadora **Adriana Guimarães**

Diretora de Gestão Operacional do CFC

mais de 30 normativos no ano, com destaque para as revisões de Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Tal ação contribui para o fortalecimento do país nos cenários nacional e internacional. O CFC também se manteve orientado em adequar diversas atividades à Agenda ESG (ambiental, social e governança). Dessa forma, busca-se consolidar o crescimento da entidade de modo sustentável.

A construção do RI do CFC edifica, assim, um canal de diálogo entre o Conselho e a sociedade. Simultaneamente, é um instrumento de fortalecimento da conformidade e da ética. Contudo, a entidade está certa de que é a grande beneficiada da confecção do documento, pois, a partir das informações expostas, ganha mais meios consistentes para a tomada de decisão, o avanço na capacidade de realizar entregas com excelência, o fortalecimento da classe contábil e a manutenção da sua participação no desenvolvimento sustentável do país.

Desejamos uma ótima leitura a todos!



Contadora **Elys Souza**

Diretora de Estratégias e Parcerias Globais

Mensagem do Presidente

No ano de 2025, o CFC fortaleceu, ainda mais, os seus pilares. Houve um trabalho árduo e profícuo em diversas áreas, como a edição de Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), a fiscalização do exercício profissional e a educação continuada. Dessa forma, reafirmamos o nosso compromisso de proteger a profissão e a sociedade e de manter o foco em projetar as Ciências Contábeis e contribuir para o seu desenvolvimento.

Todas essas frentes de atuação estiveram ancoradas nos valores ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês). Paralelamente, fizemos um profundo investimento em um de nossos bens mais preciosos: as pessoas. Dessa forma, nossos colaboradores e conselheiros foram capacitados por meio das iniciativas da Escola de Governança e Gestão dos Conselhos de Contabilidade (EGC).

O CFC também esteve orientado a fortalecer a Contabilidade Pública, certo de que esta área é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Assim sendo, a entidade realizou a Conferência Nacional de Contabilidade Pública (CNCP), que reuniu mais de mil participantes. Outra iniciativa que

merece destaque foi a revisão de todas as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Em termos de fortalecimento do Brasil, devemos citar também a manutenção do acompanhamento e assessoramento da autarquia em relação à temática da Reforma Tributária. Ressaltamos também o trabalho focado do CFC em relação ao combate e prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Em 2025, tivemos, ainda, a satisfação de realizar o 14º Encontro Nacional da Mulher Contabilista (ENMC), que reuniu mais de 2 mil participantes. Durante o evento, também ocorreu a 2ª edição da Olimpíada Nacional de Contabilidade, voltada para estudantes e profissionais que já atuam no mercado.

O CFC olhou para as demandas do presente, mas também caminhou com a visão direcionada para o futuro. Nesse cenário, podemos destacar exemplos de iniciativas voltadas para o fortalecimento da sustentabilidade na Contabilidade, como a realização, pela autarquia e pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), do II Fórum CBPS de Sustentabilidade.

Outra ação que merece realce é a disseminação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Ciências Contábeis (DCNs), bacharelado. Após o grande marco da publicação das diretrizes, ocorrida em 2024, o CFC esteve focado na capacitação para disseminação das novas DCNs.

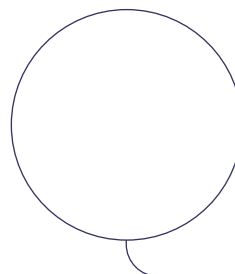
As inúmeras ações entregues, a modernização obtida por meio dos avanços nos investimentos em tecnologia da informação e o desenvolvimento sustentável alcançado são resultado do trabalho integrado do CFC e dos 27 Regionais. Ao manter um diálogo coeso e somar forças contemplamos os 539.186 mil profissionais da contabilidade do país.

Por fim, este Relato Integrado apresenta a toda a sociedade as atividades desenvolvidas pelo CFC e os 27 CRCs. De forma harmoniosa, simples e objetiva, é possível conhecer todo o trabalho realizado por colaboradores de todo o país. Contudo, mais do que dados e informações, esse documento tem como produtos finais a ética, a transparência e o controle social, elementos essenciais para que tenhamos uma classe cada vez mais forte e o Brasil cresça de forma plena e sustentável.

Quem somos



Passe o mouse

**A Classe
Contábil Brasileira**

Selecione as opções

**Contador Aécio Prado Dantas Júnior**

Presidente do CFC

Contexto da publicação

Período

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Abrangência

Conselho Federal de Contabilidade. Autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público. Criado e regido pelo Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946.

Público-Alvo



Premiações

9ª Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais

O trabalho desenvolvido pelo CFC foi reconhecido na 9ª Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais. O evento aconteceu no dia 7 de outubro, em Brasília/DF. Na ocasião, a entidade foi premiada em duas categorias, que indicam o compromisso da entidade com a governança, a transparência, a ética e a segurança da informação. O Conselho recebeu o prêmio nas seguintes categorias:

- Relatório de Gestão – Exercício 2024
- Proteção de Dados – Ações Institucionais

O evento reuniu representantes de conselhos profissionais federais e regionais de todo o território nacional. A conferência de 2025 foi orientada pelo tema “Tríade: Conexão com o cidadão, Diálogo institucional e Foco na gestão de pessoas”.



Capítulo 1

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo



Identidade Organizacional

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é uma Autarquia Especial Corporativa, com personalidade jurídica de direito público, instituída pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 1946, e posteriormente modificada pela Lei nº 12.249, de 2010. Em conjunto com os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), forma o Sistema CFC/CRCs. A entidade é responsável pela regulamentação, fiscalização e desenvolvimento da profissão contábil no Brasil.

A atuação do CFC está fundamentada no fortalecimento da profissão contábil, na valorização de seus profissionais e na defesa do interesse público, sempre buscando excelência, ética e transparência em suas ações. A estrutura e o funcionamento do Sistema CFC/CRCs estão definidos na Resolução CFC nº 1.612, de 2021, que aprova seu Regulamento Geral.

Com base nesses pilares, o CFC orienta sua atuação estratégica, fomenta a educação continuada, promove normas técnicas e incentiva a modernização da Contabilidade brasileira. Isso colabora para que os profissionais estejam preparados para enfrentar os desafios de um ambiente econômico e social em constante transformação.

Compete ao CFC, por meio da atuação de seus representantes eleitos, nos termos da legislação em vigor

- exercer, privativamente, a função normativa de registro e fiscalização da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), cada um em sua base jurisdicional, nos estados e no Distrito Federal;
- normatizar, uniformizar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o território nacional;
- regular sobre o Exame de Suficiência, o Cadastro de Qualificação Técnica e o Programa de Educação Profissional Continuada; e
- editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

Missão

Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil e zelar pela ética e pela qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

Visão

Ser reconhecido como uma entidade profissional partícipe no desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Valores

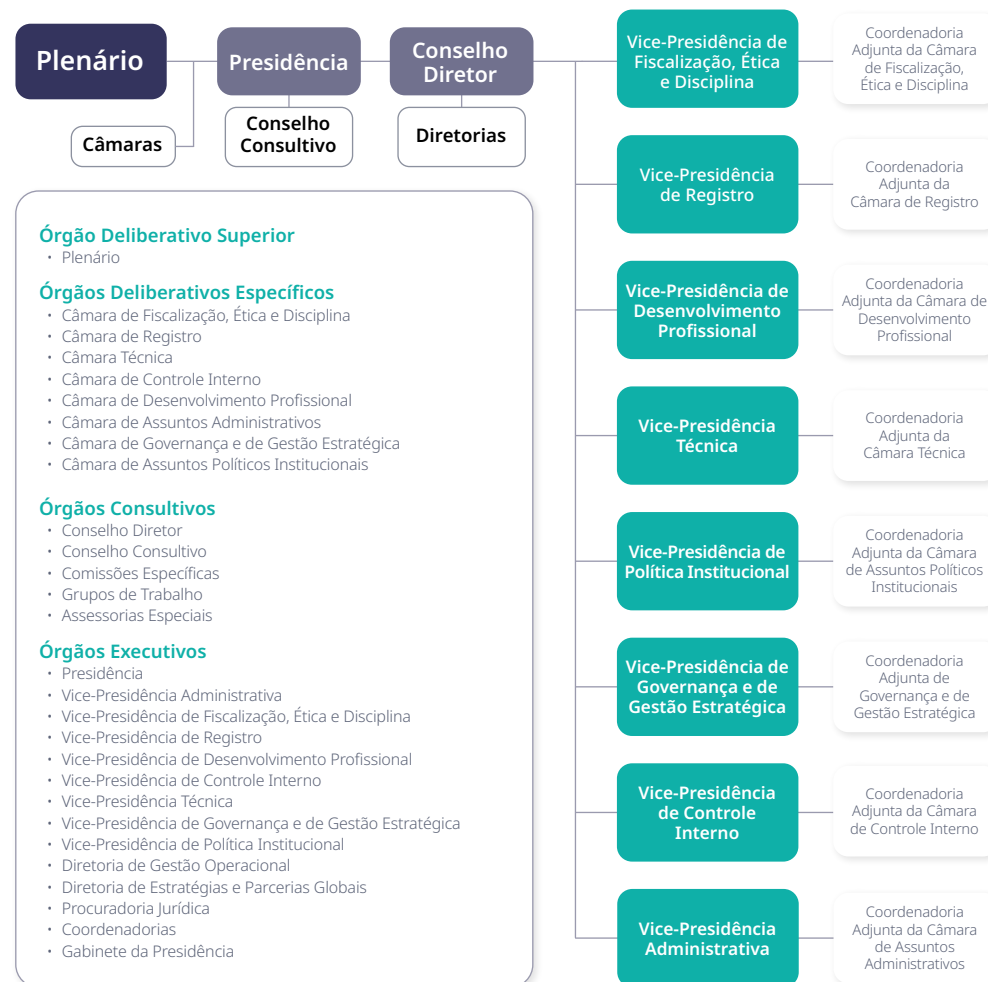
Ética – Excelência – Confiabilidade – Transparência.

Principais Legislações relacionadas ao Sistema CFC/CRCs



Organograma e Estrutura Organizacional

Conforme disposto na Resolução CFC nº 1.616, de 2021, o CFC é composto de 27 conselheiros efetivos – um representante de cada estado e do Distrito Federal – e igual número de suplentes.



Governança no Sistema CFC/CRCs

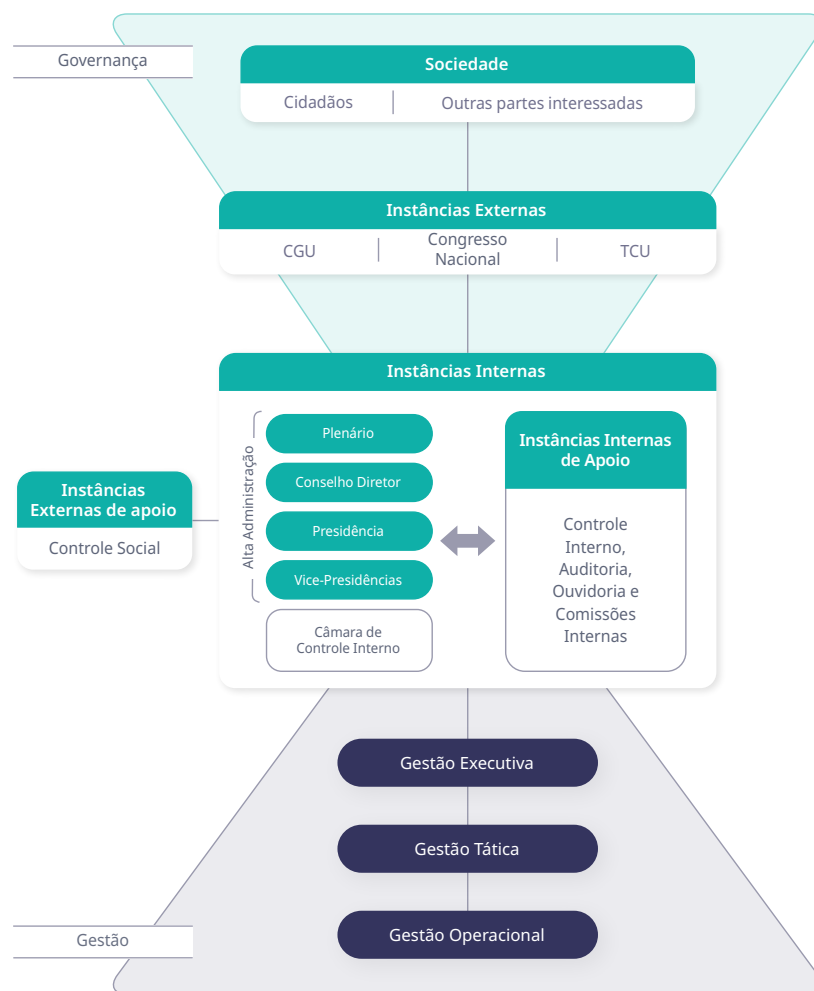
A governança é compreendida como a combinação de processos, estruturas e práticas estabelecidas pela alta administração, com o objetivo de informar, direcionar, administrar, avaliar e monitorar as atividades organizacionais. Seu propósito central é aprimorar o desempenho institucional, reduzir riscos, alinhar ações à estratégia do Sistema CFC/CRCs e proporcionar a prestação de contas à sociedade.

Nesse contexto, a Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs foi instituída pela Resolução CFC nº 1.549, de 2018, com a finalidade de direcionar e acompanhar estratégias, políticas e planos institucionais. A política visa alinhar as ações às demandas das partes interessadas, assegurar o alcance dos objetivos estratégicos, oferecer serviços com qualidade, fortalecer os controles internos, incorporar a gestão de riscos aos processos organizacionais e promover uma comunicação aberta, voluntária e transparente — pilares essenciais para a participação social e o acesso à informação.

Os princípios fundamentais que norteiam essa política são: **transparência, ética, eficiência, integridade, equidade e accountability**. Este último é entendido como o conjunto de boas práticas adotadas por organizações públicas e seus membros, o que reflete responsabilidade nas decisões, no uso dos recursos públicos, na imparcialidade e no desempenho institucional.

O acompanhamento da implementação e da evolução da política é de responsabilidade da Vice-Presidência de Governança e de Gestão Estratégica. A atuação da unidade contribui para o fortalecimento da cultura de governança no Sistema CFC/CRCs.

No CFC, a Governança compreende a seguinte estrutura:



**Escola de Governança
e Gestão dos Conselhos
de Contabilidade**

Um importante passo para o fortalecimento dos processos de gestão no âmbito do CFC e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) foi a criação da Escola de Governança e Gestão dos CRCs. A iniciativa, liderada pela Vice-Presidência de Governança e de Gestão Estratégica do CFC, tem como objetivo aprimorar a qualidade dos serviços prestados tanto pelo CFC quanto pelos Regionais.

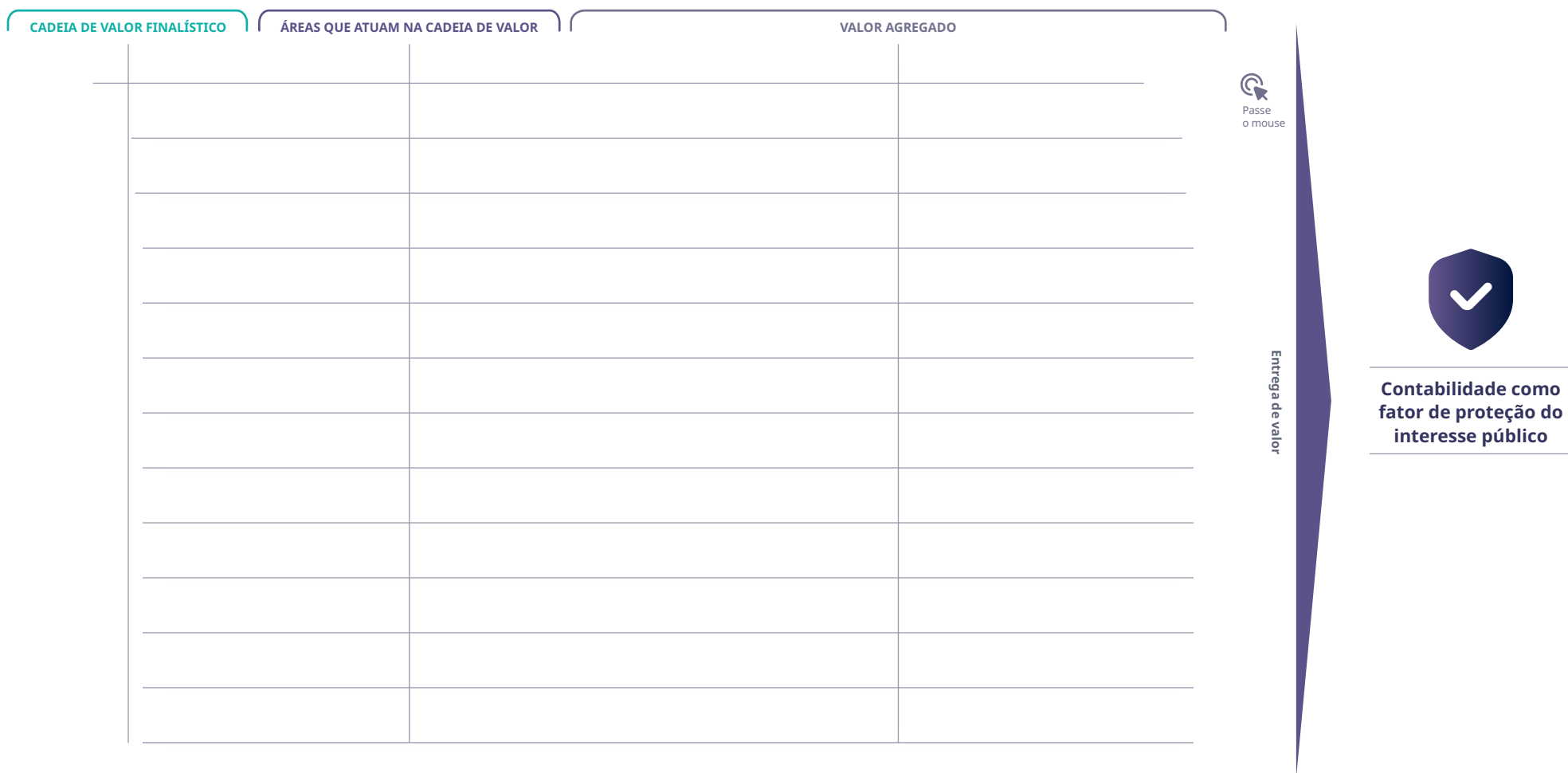
O projeto está alicerçado na capacitação contínua de conselheiros, delegados e colaboradores, buscando elevar o nível de excelência no atendimento aos mais de 530 mil profissionais da contabilidade em todo o país. Por meio da formação técnica e estratégica, a Escola contribui diretamente para uma gestão mais eficiente, transparente e alinhada às melhores práticas de governança institucional.



Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor do CFC representa os quatro pilares fundamentais estabelecidos pela sua Lei de Regência, que conferem ao CFC a responsabilidade de orientar, normatizar, fiscalizar o exercício da profissão contábil e promover a educação continuada dos profissionais, em articulação com os CRCs. Esses pilares sustentam a atuação estratégica do Sistema CFC/CRCs na valorização da classe contábil e na proteção do interesse público.

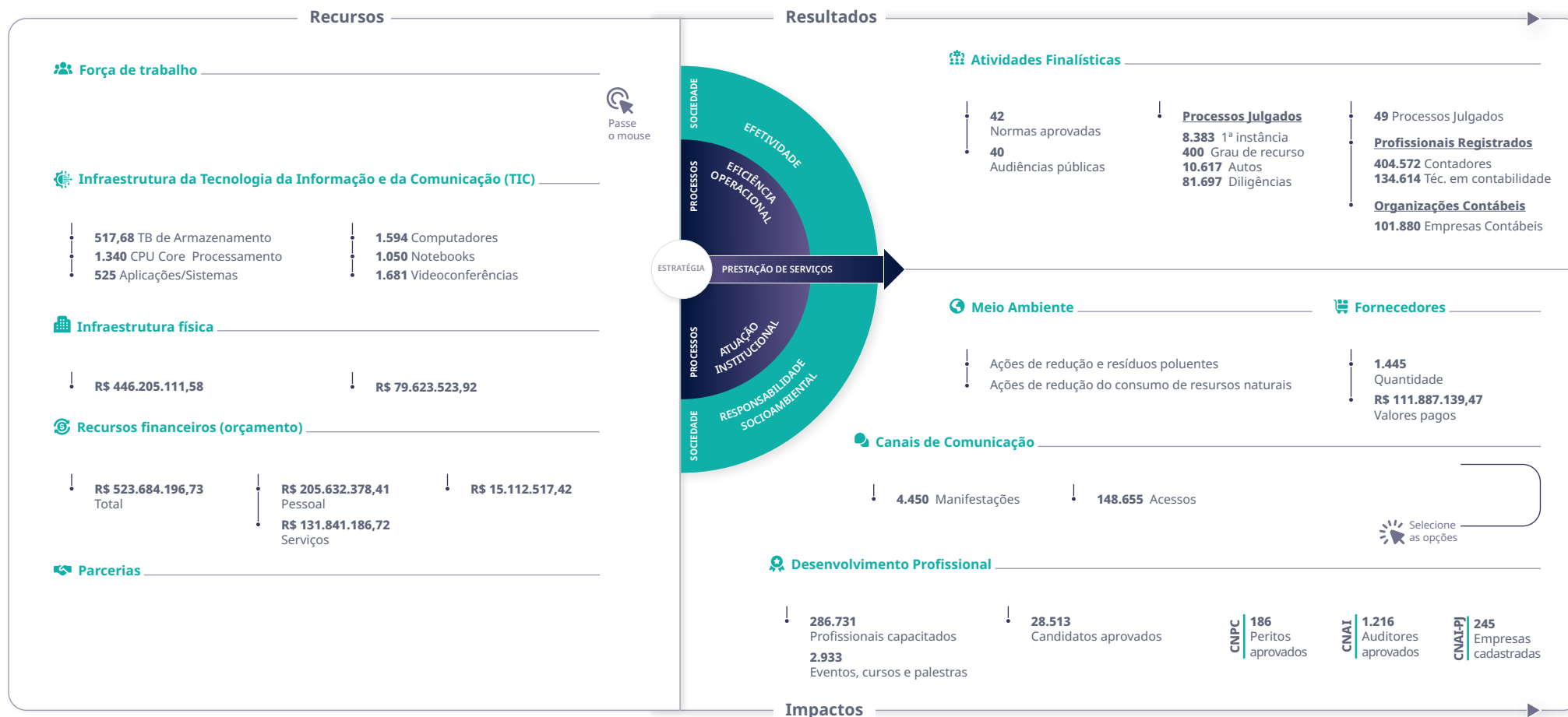
A Contabilidade como fator de proteção do interesse público e da sociedade é a entrega de valor esperada dessa cadeia de valor, conforme demonstra a imagem a seguir:



Modelo de Negócios

O modelo de negócios do Sistema CFC/CRCs representa o conjunto de ações e processos que transformam os insumos — ou capitais — em produtos, serviços, resultados e impactos que geram valor à sociedade. Essa transformação ocorre por meio de atividades essenciais relacionadas ao registro de profissionais, orientação, normatização, fiscalização do exercício da profissão contábil e promoção da educação continuada, sempre alinhadas aos objetivos estratégicos da instituição.

Em 2025, o Sistema CFC/CRCs operou com um orçamento total de R\$ 523.684.196,73. Desse montante, aproximadamente 39% foram destinados a despesas obrigatórias, incluindo gastos com pessoal e benefícios a empregados e colaboradores. As demais despesas e os resultados alcançados estão detalhados a seguir, refletindo o compromisso do Sistema com a transparência, a responsabilidade na gestão dos recursos públicos e a entrega de valor à sociedade.



Ambiente Externo

No ano de 2025, o CFC manteve o foco e o trabalho voltado para a conquista de avanços institucionais. Nesse sentido, estimulou o fortalecimento da governança, o aprimoramento dos processos internos e a ampliação do diálogo com a sociedade e com os profissionais da contabilidade.

O CFC também expandiu as suas ações internacionalmente. Uma prova disso foi o fato de que o presidente da autarquia, Aécio Dantas, assumiu a Presidência da União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa (Ucalp). No biênio 2025-2026, o brasileiro estará à frente do Conselho Diretivo da entidade. No Comité de Integración Latino Europa - América (Cilea), o nome do Brasil também foi destaque. A ex-presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, assumiu a Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional desse organismo internacional. O CFC ainda soma representantes em outras entidades internacionais, o que colabora para que o país tenha voz ativa em debates globais sobre a Contabilidade e enriqueça as suas ações locais a partir de aprendizados com profissionais da contabilidade de diferentes partes do planeta.

Ainda como estratégia global, o CFC firmou uma parceria inédita com a Association of Chartered Certified Accountants (ACCA), instituição sediada em Londres e reconhecida como uma das mais prestigiadas certificadoras da profissão contábil no mundo. Para além da abertura de caminhos no mercado internacional, a qualificação ACCA permite aos profissionais da contabilidade atuação em setores estratégicos e de alta demanda, como finanças corporativas, auditoria interna, consultoria, controladoria, gestão contábil em ambientes internacionais, sustentabilidade e ESG (ambiental, social e governança).

Alinhado às pautas de interesse global, o Conselho também realizou o evento “Rumo à COP30 – Contabilidade: Transparência para um Futuro Sustentável”. A iniciativa, que aconteceu em parceria com o Instituto de Auditoria Independente (Ibracon), teve a finalidade de

envolver, ainda mais, a classe contábil nas discussões sobre sustentabilidade e posicionar a profissão como elo essencial dentro dessa temática. A atividade reuniu participantes e instituições do Brasil e do exterior.

No âmbito das publicações acadêmicas, a Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC) – operacionalizada pelo CFC – foi agraciada com o “Selo Diamante” do Diretório das Revistas Científicas Eletrônicas Brasileiras. O reconhecimento destaca as publicações que são de acesso aberto e que não cobram taxas de submissão, processamento ou publicação dos autores. O selo foi conferido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O ano de 2025 ficou marcado, ainda, pela realização do 14º Encontro Nacional da Mulher Contabilista (ENMC), que aconteceu entre os dias 24 e 26 de setembro em Natal/RN. Na ocasião, mais de duas mil pessoas passaram pelo Centro de Convenções da capital potiguar para três dias de palestras, painéis, feira de negócios e troca de experiências. O objetivo foi fortalecer a centralidade do papel feminino no novo cenário contábil brasileiro e mundial.

Além desse evento tradicional e consolidado no calendário contábil brasileiro, o CFC implementou a primeira edição da Conferência Nacional da Contabilidade Pública (CNCP). Nos dias 18 e 19 de novembro – com o mesmo sucesso de público do 14º ENMC –, Aracaju/SE foi o palco de debates estratégicos sobre a Contabilidade aplicada ao setor público.

Toda as ações desenvolvidas se constituíram em etapas fundamentais para fortalecer a profissão contábil e consolidar os cerca de 540 mil contadores e técnicos em contabilidade como protagonistas no avanço econômico do Brasil.



Capítulo 2

Riscos, Oportunidades e Perspectivas



Riscos, Oportunidades e Perspectivas

A capacidade de antecipar riscos e aproveitar oportunidades é fundamental para a sustentabilidade e a longevidade do Sistema CFC/CRCs. Em 2025, evoluímos de uma abordagem centrada na conformidade para uma ferramenta estratégica de governança, voltada não apenas à proteção de valor, mas também ao fomento da inovação e do crescimento.

Cenário Estratégico e Análise de Materialidade

Em 2025, teve início a construção de uma nova metodologia, direcionada à simplificação e à otimização das planilhas de gestão de riscos, com foco na eficiência na apresentação dos resultados. A iniciativa está a cargo da Comissão para Revisão dos Normativos de Governança do Sistema CFC/CRCs, instituída em 30 de maio de 2025. Como etapa preparatória, foram realizadas reuniões com os gestores das unidades organizacionais para revisar e racionalizar os riscos atualmente mapeados, alinhando o processo à futura metodologia a ser adotada.

Gerenciamento de Riscos: do Diagnóstico à Ação

Com o objetivo de manter os esforços de gestão de riscos e de oportunidades alinhados com as expectativas das partes interessadas e à realidade do ambiente institucional, foi mantida a análise anual do ambiente interno e externo. A Matriz SWOT foi a base para a identificação dos principais temas materiais, que foram priorizados e mapeados conforme sua relevância e impacto.

O novo levantamento permitiu revisar os riscos anteriormente identificados, eliminar os considerados obsoletos, atualizar as suas causas e consequências e reavaliar os níveis de probabilidade e impacto, o que resultou na reclassificação de alguns itens. As oportunidades também foram revisadas e ajustadas, em consonância com os objetivos estratégicos do CFC. Como resultado, houve redução significativa na quantidade de riscos mapeados, por meio da priorização dos mais relevantes, o que contribui para o fortalecimento dos controles internos.

Panorama de Riscos e Medidas de Mitigação



A seguir, detalhamos algumas ações tomadas para os riscos mapeados:

Extremo

Alto

Médio

Baixo



O diagnóstico de 2025 identificou 161 riscos, classificados conforme a matriz de probabilidade e impacto. A maioria concentrou-se nos níveis Baixo (57) e Médio (70), em contraste com os níveis Alto (28) e Extremo (6), o que evidencia a eficácia dos controles até então implementados. Ainda assim, os riscos de maior impacto seguem como prioridade, exigindo monitoramento contínuo e respostas mais estruturadas.



Modelo das Três Linhas

Para assegurar uma gestão de riscos robusta e com responsabilidade compartilhada, o CFC adota o Modelo das Três Linhas, uma estrutura de governança que esclarece papéis e responsabilidades essenciais em todo o processo, atuando de forma integrada e complementar.



Oportunidades e Perspectivas Futuras

Além de orientado para mitigar riscos, o CFC está posicionado para usufruir das principais oportunidades do ambiente externo.



Monitoramento contínuo

O processo de gestão de riscos é dinâmico e exige acompanhamento constante e sistemático. Em 2025, o monitoramento foi realizado de forma criteriosa, deu continuidade às práticas iniciadas em 2024 e incorporou aprimoramentos significativos, contemplando:

- Monitoramento mensal, pelo Conselho Diretor do CFC, de todos os riscos extremos e altos.
- Realização de 37 reuniões entre a Coordenadoria de Governança do Sistema CFC/CRCs e as unidades organizacionais, o que colaborou para a reavaliação contínua das estratégias de mitigação e o fortalecimento dos controles.
- Manutenção de campanhas de comunicação e de uma página dedicada ao tema no portal do CFC, com a finalidade de fortalecer a sensibilização e o engajamento dos colaboradores.

Diante desse cenário, observa-se que o CFC executa um processo de gestão de riscos cada vez mais estruturado e eficaz, que proporciona segurança na conquista dos objetivos, na tomada de decisões, no planejamento das atividades, na eficiência operacional e, consequentemente, na qualidade e na melhoria da prestação do serviço público.

Visão de Longo Prazo

A gestão de riscos e de oportunidades está integrada com a visão de longo prazo do CFC. Os próximos passos do CFC incluem a integração de novas tecnologias, como a Inteligência Artificial (IA), para a análise preditiva de riscos e a otimização de processos. O CFC continuará a monitorar e a aprimorar a nossa gestão, com o intuito de garantir que o CFC não apenas responda ao cenário atual, mas também modele o futuro da profissão contábil.

Capítulo 3

Governança, Estratégia e Desempenho



Governança

A governança no CFC abrange um conjunto de práticas essenciais com vistas a colaborar para uma gestão pública transparente, íntegra, responsável e eficiente. Por meio dela, o Conselho promove o alinhamento das ações estratégicas do Sistema CFC/CRCs, fortalece a tomada de decisão, previne riscos e direciona os resultados para o interesse público e a valorização da profissão contábil.

Considerando que a governança é um processo dinâmico, que requer constante atualização frente aos novos desafios e às

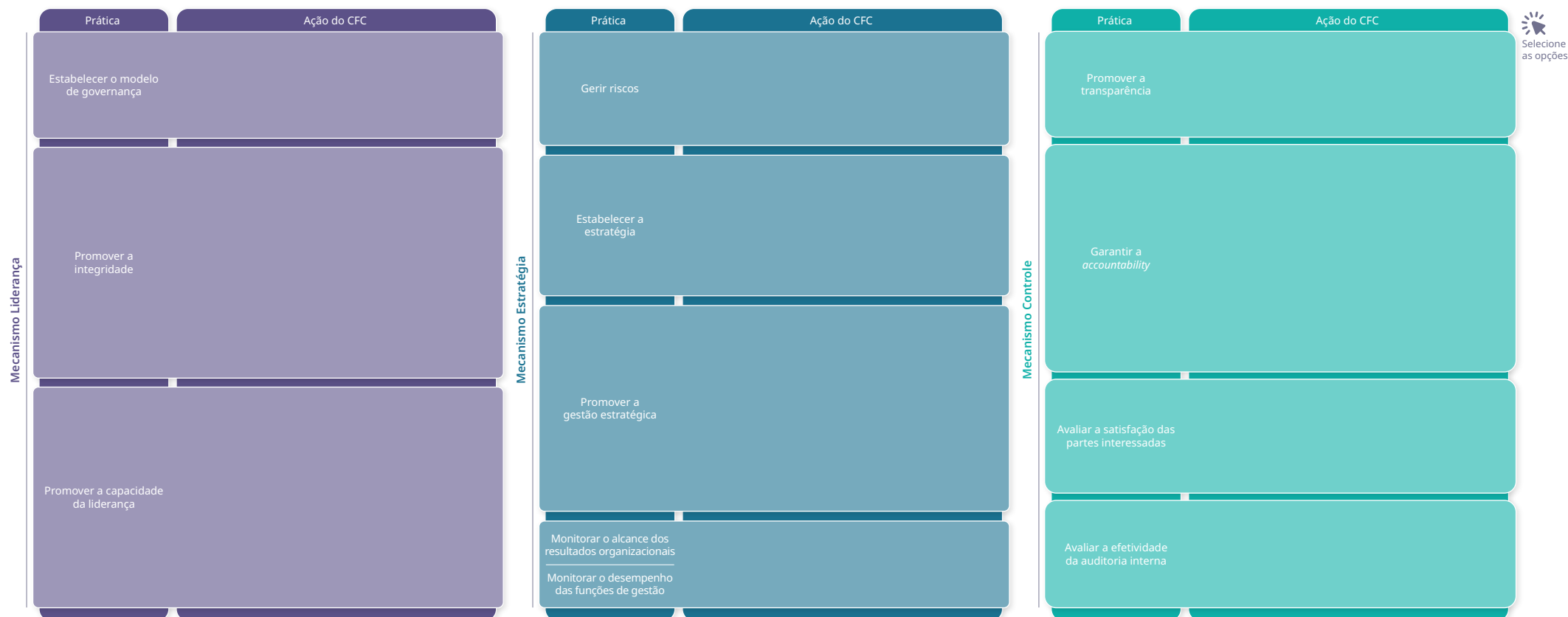
diretrizes da administração pública, o CFC instituiu, em maio, a Comissão de Revisão dos Normativos de Governança. Essa comissão tem como finalidade revisar e consolidar os instrumentos normativos que orientam a governança no Sistema CFC/CRCs. O propósito é estabelecer regras claras, fortalecer a gestão, mitigar riscos e aprimorar a eficiência institucional.

Nesse cenário, a Política de Governança do Sistema CFC/CRCs, o Código de Conduta para Conselheiros, Colaboradores e

Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, a Política de Integridade e a Política e o Plano de Gestão de Riscos do Sistema CFC/CRCs estão em processo de revisão.

A iniciativa busca uniformizar as políticas e padronizar as ações no âmbito do Sistema, com foco em uma gestão moderna, alinhada às melhores práticas e orientada à entrega de valor à sociedade.

A seguir, práticas de governança instituídas para o CFC:



Estratégia

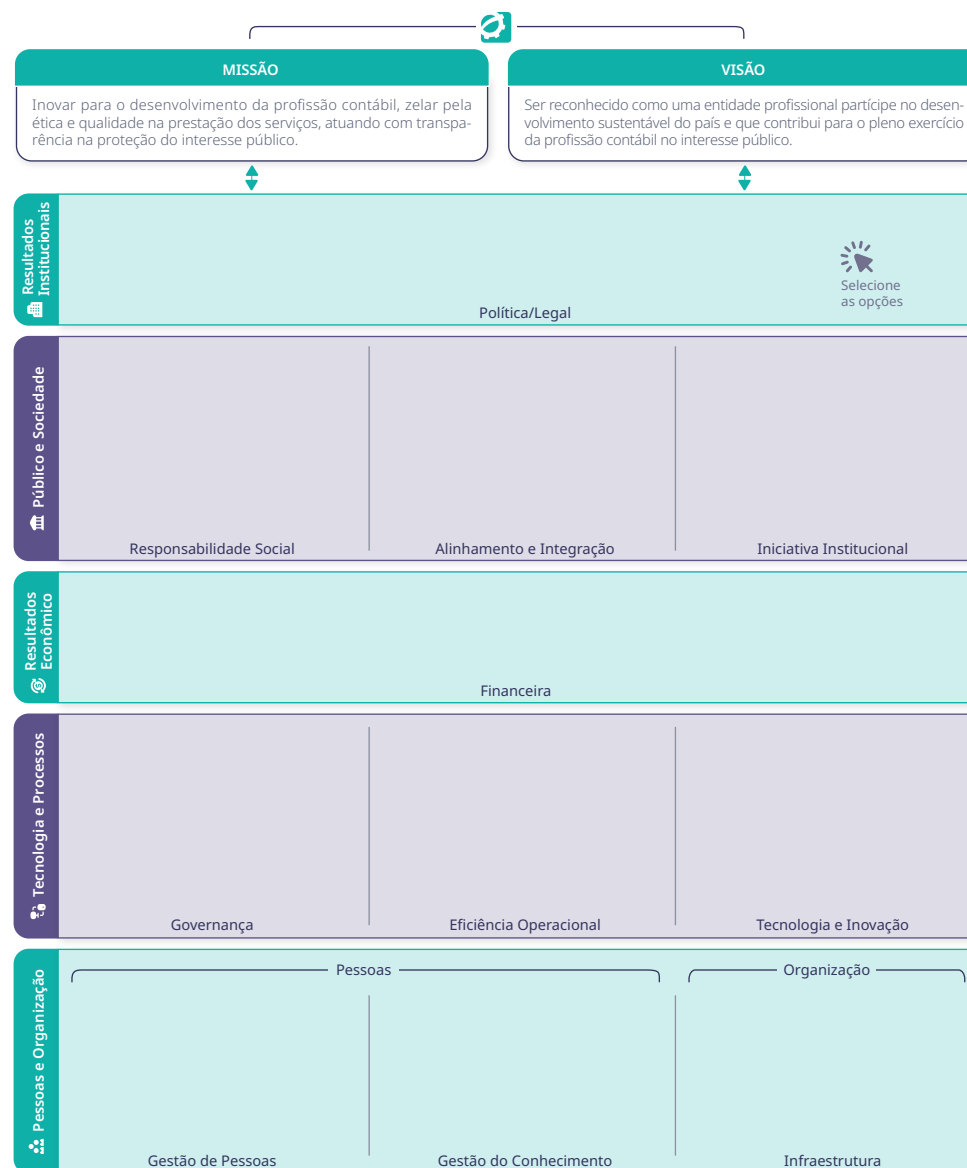
O Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs, instituído pela Resolução CFC n.º 1.543, de 2018, definiu a missão, a visão e os valores que orientam as ações dos Conselhos de Contabilidade no período de 2018 a 2027. Essa ferramenta de governança estabelece diretrizes claras e objetivos estratégicos consistentes, servindo como referência para a tomada de decisões e para o direcionamento das iniciativas voltadas ao cumprimento da missão do Sistema CFC/CRCs.

Os resultados institucionais são monitorados por indicadores consolidados no Sistema de Gestão por Indicadores (SGI). A ferramenta permite mais controle das metas, precisão nas análises e agilidade na tomada de decisão. Esse processo fortalece a gestão e impulsiona a eficiência organizacional, em consonância com a missão dos Conselhos de Contabilidade.

No exercício de 2025, o CFC registrou um desempenho global de 98%. O resultado reflete o avanço das práticas de governança e o comprometimento com a entrega de valor à sociedade.



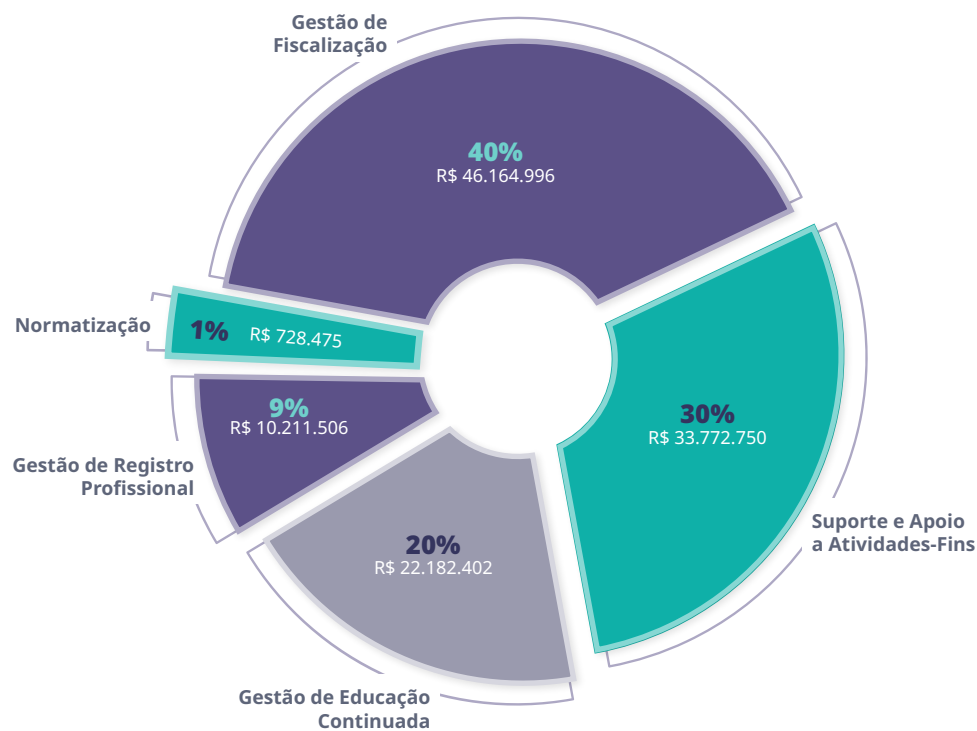
98% Desempenho em 2025



Alocação de recursos

A adequada alocação de recursos é fundamental para garantir a execução das iniciativas previstas no Plano de Trabalho e o cumprimento dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico. O monitoramento contínuo dos resultados possibilita avaliar o uso dos recursos e identificar áreas que exigem maior investimento ou ajustes para potencializar os resultados institucionais.

Em 2025, a aplicação dos recursos observou as diretrizes estratégicas do CFC e o atendimento às suas competências legais, o que assegura o equilíbrio entre eficiência, efetividade e responsabilidade na gestão pública.



Ações de supervisão, controle e correção

As ações de supervisão, controle e correção são pilares da governança e da integridade no CFC. Elas asseguram a conformidade dos atos administrativos, aprimoram os processos e fortalecem a confiança dos profissionais da contabilidade e da sociedade.

Para garantir a legalidade, a eficiência e a transparência da gestão, o CFC adota práticas contínuas de monitoramento, prevenção e correção, o que consolida uma cultura organizacional pautada na ética e na responsabilidade.



Principais canais de comunicação com a sociedade

Carta de Serviços ao Usuário

O documento apresenta aos usuários os serviços oferecidos pelo CFC, detalhando os procedimentos de acesso, os compromissos da instituição e os padrões de atendimento. O objetivo é facilitar a utilização dos serviços.



31.968
em 2025

Portal da Transparência e Prestação de Contas

É um portal eletrônico que disponibiliza informações detalhadas sobre a gestão orçamentária, financeira e administrativa do CFC. Esse canal permite o acompanhamento das ações institucionais e assegura a publicidade e o controle social dos recursos públicos.



Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

É uma ferramenta digital que viabiliza a solicitação de informações do CFC por qualquer pessoa, de maneira rápida e acessível, o que contribui com a transparência das ações institucionais.



Ouvidoria

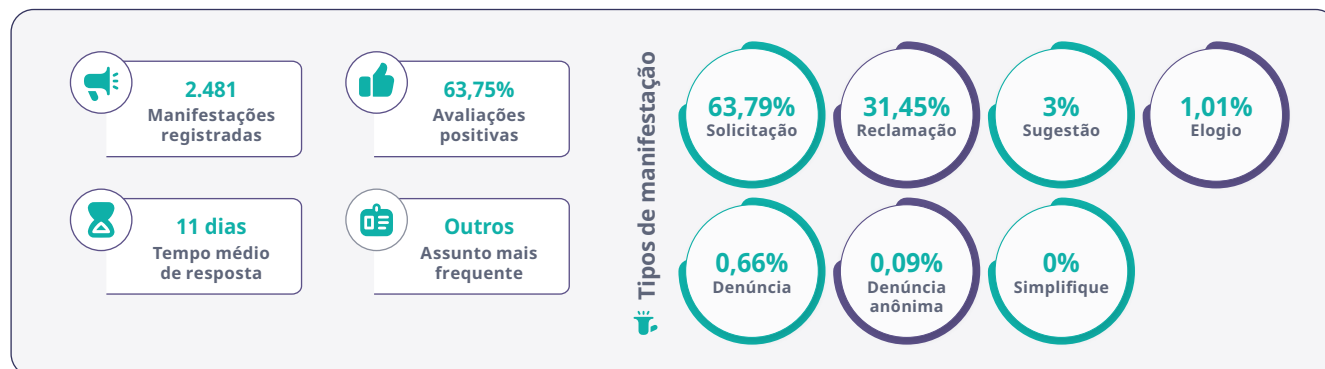
Atua como um canal de diálogo direto entre o cidadão e o CFC no qual é possível enviar manifestações, sugestões, elogios, solicitações, reclamações, denúncias e sugestões de simplificação (Simplifique!) referentes aos serviços prestados pelo Sistema CFC/CRCs. A ferramenta contribui para o aprimoramento da gestão e o fortalecimento da confiança da sociedade na instituição.



Comunicação Institucional

Pesquisas de satisfação

Com o intuito de avaliar a percepção dos profissionais da contabilidade em relação aos serviços prestados pelo CFC e o valor da profissão contábil perante a sociedade, a ferramenta permite, a partir dos resultados obtidos, uma orientação mais assertiva acerca de melhorias contínuas, contribuindo para a entrega de serviços mais eficientes e alinhados às expectativas dos usuários.



Desempenho

O desempenho institucional do CFC reflete o comprometimento contínuo da entidade com a geração de valor público e o fortalecimento da profissão contábil no Brasil. Alinhado aos princípios da governança e aos direcionamentos estratégicos do Sistema CFC/CRCs, o CFC atua de forma integrada, transparente e orientada a resultados. Nesse sentido, a entidade busca, constantemente, aprimorar sua gestão e ampliar os impactos positivos de suas ações na sociedade.

Nesta seção, são apresentados os principais resultados alcançados em 2025, o que demonstra a evolução das iniciativas estratégicas, o cumprimento dos objetivos institucionais e o desempenho dos indicadores vinculados aos eixos do Planejamento Estratégico. As informações aqui reunidas evidenciam não apenas o progresso nas metas estabelecidas, mas também o compromisso do CFC com a eficiência, a inovação e a sustentabilidade em suas práticas organizacionais.

Fiscalização

A área de Fiscalização tem como propósito assegurar o exercício regular e ético da profissão contábil. Dessa forma, promove a conformidade com as normas legais e técnicas que regem a atuação dos profissionais e organizações contábeis. Suas ações contribuem para o fortalecimento da credibilidade da classe e para a proteção do interesse público.

INDICADOR | Índice de realização de fiscalizações



Selecione as opções

Em 2025, a fiscalização do Sistema CFC/CRCs atingiu 115% da meta mínima, realizando 81.697 fiscalizações nos 27 Conselhos Regionais. O resultado evidencia a continuidade do trabalho proativo no

combate ao exercício ilegal da profissão contábil. Os CRCs intensificaram a verificação do cumprimento das obrigações contábeis pelos profissionais. O foco esteve na escrituração de livros contábeis, na elaboração de demonstrações contábeis e na emissão de Declarações Comprobatórias de Percepção de Rendimentos (Decores), além da apuração de denúncias, representações e irregularidades, com acompanhamento de responsabilidades técnicas em empresas comerciais e industriais, órgãos públicos, entidades do terceiro setor, entidades desportivas, cooperativas e fundos de pensão.

Para aprimorar as ações fiscalizatórias, os CRCs ampliaram o uso de bases de dados e cruzamentos de informações obtidas com Juntas Comerciais e Secretarias de Fazenda estaduais e municipais. Tal ação permitiu identificar profissionais em atuação irregular. O Sistema Decore do CFC também foi utilizado como fonte de dados, bem como os dados públicos obtidos juntos à Receita Federal e os obtidos por meio de acordo de cooperação, para subsidiar análises e direcionar ações conjuntas de fiscalização.

Apresentam-se, abaixo, as informações da Decisão Normativa TCU nº 216/2025, correspondentes ao painel geral da atuação da fiscalização e ao monitoramento do exercício profissional:



Profissionais e empresas com registro ativo

Profissionais Registrados
404.572 Contadores
134.614 Téc. em contabilidade

Organizações Contábeis
101.880 Empresas Contábeis



Fiscalizações realizadas

81.697 Planos de fiscalização
1.561 Denúncias



Atividades de Fiscalização do exercício profissional

R\$ 40.162.540
Gasto com atividades de fiscalização do exercício profissional



Profissionais fiscalizados

48.152 Pessoas físicas
21.750 Pessoas jurídicas



Autos de infração

10.617 Autos de infração



Denúncias

2.041 Denúncias recebidas



Processos instaurados e julgados

Processos instaurados
12.263 Processos

Processos julgados
8.383 Processos

Sanções aplicadas

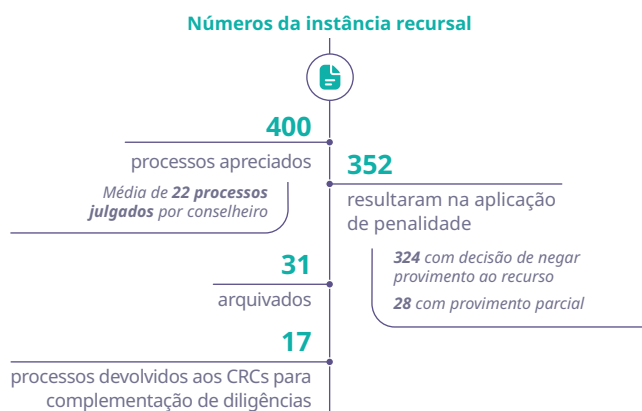
3.796 Multas
26 Suspensão do exercício profissional
6 Cassação do registro profissional
1.834 Advertência reservada
313 Censura reservada
124 Censura pública

Informações agregadas abrangendo todos os Conselhos Regionais. Informações individualizadas por Conselho Regional estão disponíveis na [página 34](#).

INDICADOR | Índice de processos de Fiscalização julgados dentro do prazo – fase de recurso



Em 2025, o indicador atingiu 98,5% de cumprimento da meta, superando o percentual previsto de 90%. O resultado demonstra a eficiência e a regularidade do fluxo de julgamento dos processos administrativos de Fiscalização na fase recursal, o que colabora para a tempestividade das decisões e a observância aos princípios da celeridade e da ampla defesa. Nesse período, o esforço da instância recursal resultou na apreciação de um significativo volume de trabalho, conforme detalhado a seguir:



A manutenção de resultados superiores às metas, ao longo dos últimos três anos, evidencia a maturidade do processo decisório e o aprimoramento contínuo da tramitação dos processos na instância recursal. Isso contribui para o fortalecimento da função fiscalizatória e para a credibilidade institucional do Sistema CFC/CRCs.

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Assessoramento à Câmara e ao Setor de Fiscalização dos CRCs

Em 2025, o objetivo principal foi avaliar a regularidade e a efetividade das ações de Fiscalização realizadas pelos CRCs. O foco esteve na supervisão de: a) critérios de apuração de denúncias realizadas pelos CRCs; b) casos de arquivamento de denúncias, bem como de processos julgados, a fim de verificar o embasamento legal e os fundamentos de arquivamento; c) apuração dos indicadores do tempo de julgamento de processos em fase de defesa e recurso; d) realização das metas de fiscalização, de acordo com o plano anual de fiscalização.



Resultados

Supervisão on-line de 27 CRCs com análise de orçamento da área específica, verificação da realização de metas de fiscalização e apuração de denúncia.

Análise de denúncias e de procedimentos fiscalizatórios devido à reclamação da sociedade diante do trabalho dos CRCs. Em certos casos foram objeto de desarquivamento pelos CRCs a pedido do CFC. Verificou-se a conformidade das análises, a fundamentação dos relatórios dos fiscais e das decisões nos processos administrativos de fiscalização.

Acompanhamento de forma on-line de 26 CRCs relativo ao andamento dos processos administrativos em aberto, visando reduzir o risco de prescrição e os indicadores de tempo de julgamento de processos em fase de defesa e fase de recurso.



Inovações

Implantação de melhorias e ajustes nos sistemas utilizados pelos fiscais, com a criação de relatórios e funcionalidades.

Sistema de Processo Eletrônico (e-Proc) implementado em produção em oito CRCs e disponível para teste aos demais 18 CRCs. Realizados 33 treinamentos online e seis presenciais para uso do novo sistema.

Realização de seis reuniões de alinhamento e três treinamentos técnicos on-line, o que fortaleceu a padronização de procedimentos, a integração entre Regionais e o compartilhamento de boas práticas.

O trabalho de monitoramento e de treinamento dos CRCs contribuiu para maior transparência e eficiência na fiscalização contábil. Isso colabora para ampliar a confiança da sociedade na atuação ética e responsável do Sistema CFC/CRCs.

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Reuniões Regimentais

Compostas de sessões das Câmaras e sessões Plenárias, são instâncias formais de deliberação previstas no Regimento Interno do CFC ([Resolução CFC nº 1.616, de 2021 e alterações](#)). Constituem espaços de análise, debate e decisão sobre matérias estratégicas e administrativas que orientam o funcionamento institucional e o exercício da profissão contábil no país. Nas Câmaras, realizam-se o julgamento de processos, a emissão de pareceres e a formulação de proposições submetidas ao Plenário, órgão deliberativo superior responsável por aprovar normas, planos, orçamentos e homologar decisões. Conduzidas de forma transparente e colegiada, essas reuniões asseguram legitimidade às decisões e fortalecem a governança e a unidade do Sistema CFC/CRCs.

No decorrer do exercício de 2025, o órgão deliberativo superior do CFC, por intermédio de suas Reuniões Plenárias, apreciou e homologou as seguintes decisões propostas pelas Câmaras, o que resultou em:



42
Normas Brasileiras de Contabilidade aprovadas



262
Processos ético-disciplinares apreciados pelo Tribunal Superior de Ética e Disciplina do CFC



29
Resoluções aprovadas



138
Processos de Fiscalização julgados



96
Deliberações expedidas

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Revisão da legislação aplicada ao Sistema CFC/CRCs

Em 2025, foi instituída a comissão de atualização normativa, responsável por revisar manuais e propor alterações na Resolução CFC nº 1.592, de 2020 (Decore) e nos Manuais de Procedimentos Fiscalizatórios, além de propor alterações na Resolução CFC nº 1.589 e na Resolução CFC nº 1.603, ambas publicadas em 2020. O trabalho moderniza e aperfeiçoa os procedimentos do Sistema CFC/CRCs, o que colabora para o fortalecimento da conformidade contábil e da confiança da sociedade nas informações prestadas pelos profissionais da contabilidade.



Em 2025, foram elaboradas minutas de atualização para:

- Procedimentos de fiscalização de Decore e de demonstrações contábeis.
- Ajustes práticos de legislação relativa aos processos ético-disciplinares.
- Nova norma de regulamentação da emissão de Decore.
- Alterações da norma que rege a apuração de denúncias, representações e comunicações de irregularidade.

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Seminários e Reuniões Voltados à Gestão do Sistema CFC/CRCs

O 3º Seminário de Fiscalização, realizado em Brasília/DF e transmitido em formato virtual, incentivou a troca de experiências, a disseminação de boas práticas e a padronização de procedimentos. A participação de vice-presidentes, chefes de Fiscalização e fiscais reforçou a integração entre o CFC e os CRCs, contribuindo para a qualificação técnica e o aprimoramento da gestão da fiscalização contábil.



25 e 26 de junho
Formato híbrido



90 profissionais
presencial



150 profissionais
on-line

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Apoio ao Atendimento à Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro

Para desenvolver procedimentos de Fiscalização voltados a verificar o cumprimento da Lei nº 9.613, de 1998, e das normas do CFC, conforme a Resolução CFC nº 1.721, de 2024, e prevenir a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, foram realizadas as seguintes ações em 2025:



Três palestras on-line sobre “COAF – Declaração de Operações”, em parceria com os CRCs do Piauí, Espírito Santo e Rio Grande do Norte. Houve transmissão aberta a todos os profissionais da contabilidade.

Ações de orientação preparatória que contribuíram para disseminação de conhecimento técnico, conscientização da classe contábil e alinhamento das práticas dos CRCs com a legislação vigente.

Desenvolvidos procedimentos fiscalizatórios, organizados em quatro eixos estruturantes: a) regras de cruzamento de informações para seleção de amostras devido ao não de declarações de não ocorrência de operações suspeitas ou operações em espécie; b) definição padronizada das ocorrências que cabem autuação; c) embasamento legal unificado, reduzindo interpretações divergentes; d) fundamentação para lavratura de autos de infração.

A Lei nº 9.613/1998 determina que os profissionais da contabilidade comuniquem ao Coaf as operações suspeitas de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo ou proliferação de armas de destruição em massa. Quando não identificarem operações dessa natureza, devem informar ao CFC a não ocorrência.

Declarações recebidas



Selecione as opções

Essas iniciativas fortaleceram a capacidade regulatória do CFC, aprimoraram a cooperação institucional e o intercâmbio de informações e contribuíram para a capacitação contínua da classe contábil em prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT).

Registro

A área de Registro é responsável por manter atualizada e organizada a base cadastral da profissão contábil no país, o que colabora para a regularidade do exercício profissional. Por meio do registro e do acompanhamento das pessoas físicas e jurídicas, asseguram-se a transparência e a confiabilidade das informações que sustentam a atuação do Sistema CFC/CRCs.

INDICADOR | Índice de crescimento de registros profissionais e de organizações contábeis ativas



Selecione as opções

Profissionais

Organizações contábeis

Em 2025, os registros profissionais e de organizações contábeis apresentaram avanço. O número de profissionais aumentou 1%, superando a meta de 0,1% e revertendo a queda de 2024 (-0,1%). Tal resultado reflete a maior aprovação no Exame de Suficiência e o crescimento da procura por registro, o que evidencia a atratividade e o fortalecimento da profissão contábil.

O crescimento das organizações contábeis foi de 4%, próximo à meta de 5% e em linha com a tendência positiva dos últimos anos. O resultado evidencia a efetividade da fiscalização e do registro pelos CRCs. O destaque é para o uso de ferramentas automatizadas e os cruzamentos de dados, que têm permitido identificar empresas irregulares, promover sua regularização e fortalecer a conformidade e a segurança na prestação de serviços contábeis.

Novos registros em 2025

**23.391**

Contadores

**907**Técnicos em
Contabilidade**7.753**Organizações
Contábeis

Registros ativos

**101.880** organizações contábeis

Registros ativos por gênero



Registros por região

INDICADOR | Índice de processos de registros julgados dentro do prazo

Selecione
as opções**120 dias como**
prazo de julgamento**49 processos**
julgados dentro do prazoPasse
o mouse

Facilidade e agilidade no registro profissional

Os pedidos de registro, baixa e transferência podem ser realizados de forma 100% on-line, por meio da Área Restrita dos CRCs, disponível no site de cada Regional.

A tramitação ocorre de forma totalmente eletrônica, o que garante mais agilidade no processo e na redução dos prazos para conclusão dos registros. Assim, promove maior eficiência no atendimento aos profissionais da contabilidade.

O indicador manteve desempenho pleno em 2025, com 100% dos processos julgados dentro do prazo de 120 dias, resultado que se repete desde 2023. A Câmara de Registro do CFC tem assegurado o cumprimento integral dos prazos para análise dos processos em grau de recurso. Dessa forma, demonstra eficiência e comprometimento com a celeridade processual. Essa agilidade contribui para que os CRCs recebam respostas tempestivas, viabilizando soluções rápidas às demandas de profissionais e de organizações contábeis, especialmente nos processos de concessão de registro.



PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Exame de Suficiência

O Exame de Suficiência é aplicado anualmente em duas edições e constitui requisito obrigatório para o registro profissional nos CRCs. Para a sua execução, o CFC realiza processo licitatório com o objetivo de contratar empresa especializada, assegurando a organização e a integridade das etapas do exame.

A elaboração e a revisão do banco de questões são acompanhadas por uma comissão técnica, que trabalha para a qualidade, a coerência e a segurança dos conteúdos. A comissão também avalia a complexidade das provas e verifica a aderência ao conteúdo programático previsto em edital, o que proporciona conformidade com as normas do CFC.

Nas duas edições realizadas em 2025, o exame apresentou média de aprovação de 33,16%, totalizando mais de 28.513 candidatos aprovados. Esses resultados reforçam o compromisso do Sistema CFC/CRCs com a valorização da profissão contábil e com a formação de profissionais tecnicamente qualificados e éticos para atender às demandas da sociedade.

 **2 edições**
realizadas em 2025

117 cidades contempladas
28.513 candidatos aprovados

	Inscritos	Presentes	Aprovados	Aprovação (%)
Exame (1/2025)	47.377	37.898	19.078	50,34%
Exame (2/2025)	38.619	30.520	9.435	30,91%

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Exame de Qualificação Técnica (EQT)

O Exame de Qualificação Técnica (EQT) é realizado anualmente em duas edições e constitui requisito obrigatório para o registro dos contadores no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC). O exame tem como finalidade assegurar que os profissionais possuam o nível de conhecimento técnico necessário para o exercício de atividades que demandam elevada responsabilidade e especialização.

Para a execução do exame, o CFC conduz processo licitatório destinado à contratação de empresa especializada, garantindo a qualidade, a lisura e a eficiência em todas as etapas do exame. A elaboração e a revisão do banco de questões são acompanhadas por uma comissão técnica específica. A equipe trabalha para a consistência, a segurança e a pertinência dos conteúdos aplicados.

Nas duas edições realizadas em 2025, foram aprovados 776 profissionais na QTG (Geral), 339 na CVM, 52 no BCB, 39 na Susep, 10 na Previc e 186 em Perícia Contábil. Tal resultado reflete o compromisso do Sistema CFC/CRCs com a qualificação técnica e ética dos profissionais que atuam em áreas estratégicas para a transparência e a credibilidade das informações contábeis no país.

	Inscritos	Presentes	Aprovados	Aprovação (%)
EQT (1/2025)	3.121	1.677	243	14,49%
EQT (2/2025)	3.549	2.539	1.159	45,65%

	QTG	CVM	BCB	SUSEP	PREVIC	PERÍCIA
PROVAS (1/2025)	46	11	45	28	2	111
PROVAS (2/2025)	730	328	7	11	8	75

Em 31/12/2025	5.769 profissionais cadastrados no CNAI 3.171 profissionais cadastrados no CNPC
---------------	--

Cadastro Nacional de Auditores Independentes (Pessoa Jurídica)

Criado em 2019, o CNAI-PJ fortalece a auditoria independente e reconhece firmas que mantêm elevados padrões técnicos e éticos. Empresas que atendem à Resolução CFC nº 1.575, de 2019, podem se cadastrar, o que contribui para maior credibilidade com clientes e órgãos reguladores.

Em 2025, o cadastro conta com 245 empresas registradas, o que promove segurança e confiabilidade na prestação de serviços de auditoria e valoriza a profissão contábil.

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Assessoramento à Câmara e ao Setor de Registro dos CRCs

Anualmente, a Vice-Presidência de Registro realiza o assessoramento às Câmaras e aos setores de Registro dos CRCs. Em cada Regional, são analisados, no mínimo, 20 processos de cada categoria — incluindo pedidos, transferências e baixas de registro. O objetivo é acompanhar o andamento dos processos e propor melhorias nos procedimentos adotados.

Por meio do trabalho realizado, constatou-se o alinhamento dos CRCs aos procedimentos previstos nas normas e manuais vigentes. Isso evidencia a conformidade e o comprometimento com as boas práticas de registro. Em 2025, o CFC realizou assessoramento nas 24 áreas de registro dos CRCs, o que fortalece a eficiência e a padronização dos processos de registro em todo o Sistema CFC/CRCs.

 **24 CRCs**
assessorados

49 processos
de registro analisados

46 processos
de assuntos variados da área
(carteira, CNAI, CNPC, etc.)

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Seminários e Reuniões Voltados à Gestão do Sistema CFC/CRCs

Em setembro de 2025, a Vice-Presidência de Registro promoveu um seminário com os responsáveis pelas 27 áreas de Registro dos CRCs. A iniciativa esteve voltada para o esclarecimento de dúvidas, a padronização de procedimentos e o aprimoramento dos sistemas de registro. O encontro destacou-se pela troca de experiências e pelo alto nível de satisfação dos participantes, o que reflete em melhorias na gestão e no atendimento aos profissionais nos Regionais.

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Projeto CFC Jovem

O projeto tem como missão promover e fortalecer a formação de novas lideranças na área contábil. Com foco em jovens contadores que almejam se destacar no mercado, a iniciativa oferece orientação estratégica, conteúdos relevantes e *insights* práticos sobre a profissão. A proposta é preparar esses profissionais para os desafios da carreira, impulsionando o seu crescimento e posicionamento como referências no setor.



Presente nos **26 estados** brasileiros e no Distrito Federal
25.600 pessoas alcançadas

Em 2025

2ª Edição da Olimpíada Nacional de Contabilidade, realizada durante o 14º Encontro Nacional da Mulher Contabilista (ENMC), o que fortalece o engajamento e a capacitação de jovens talentos na contabilidade.

139 inscritos

53 profissionais
 86 estudantes

Educação Continuada

A Educação Continuada tem como foco o desenvolvimento técnico e ético dos profissionais da contabilidade e busca estimular a atualização permanente de competências. Por meio do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) e de iniciativas formativas, o CFC promove a valorização da profissão e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

INDICADOR | Participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação – Educação Continuada



Selecione as opções

O indicador atingiu a meta de 53%, em 2025, superando o patamar previsto para o ano. Embora em 2024 não tenha sido possível apurar o resultado, observa-se que, em 2023, a participação superou a meta (41% frente a 40%). Os números indicam o interesse contínuo dos profissionais em educação continuada e o aprimoramento técnico para atuação qualificada no mercado contábil.

O resultado obtido em 2025 demonstra a efetividade das ações promovidas pelo CFC e pelos CRCs na ampliação do acesso às oportunidades de qualificação profissional. Esse desempenho reforça o compromisso do CFC com o fortalecimento da educação continuada e com o desenvolvimento técnico e ético dos profissionais da contabilidade em todo o país.

Essa efetividade é comprovada pelo volume de entregas e pelo alcance da capacitação em 2025:



61 eventos pelo CFC

7.038 participantes



2.933 eventos pelo Sistema CFC/CRCs

397.770 participantes
23.480 horas de carga horária total

Esse conjunto de iniciativas evidencia o esforço contínuo do Sistema CFC/CRCs em promover capacitação de qualidade, com abrangência nacional e relevância prática.

INDICADOR | Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc



Selecione as opções

O indicador atingiu 96% em 2025, superando a meta estabelecida para o período. O comparativo apresentado dos últimos três anos reflete o elevado nível de satisfação dos participantes com a qualidade dos eventos promovidos pelo CFC. Os dados evidenciam a eficácia das ações de planejamento, conteúdo técnico e organização.

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Educação Continuada – auditores, peritos e demais profissionais obrigados

A educação continuada busca garantir a atualização e o aperfeiçoamento técnico dos profissionais da contabilidade. O CFC promove o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), que exige o cumprimento mínimo de 40 pontos anuais, conforme a NBC PG 12 (R5). A Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC-CFC) é responsável por analisar os processos encaminhados pelos CRCs e os recursos de profissionais e capacitadoras.



Resultado do Sistema CFC/CRCs recepcionados via Sistema Web EPC

- **5.266** cursos credenciados no PEPC
- **942** eventos credenciados no PEPC
- **30** capacitadoras credenciadas
- **697** atividades de docência
- **2.615** atividades de pós-graduação
- **452** atividades de produção intelectual
- **2.005** cursos no exterior
- **991** participações em comissão
- **140** justificativas quanto ao não cumprimento do PEPC em 2024

Cumprimento do PEPC em 2025

Em 2025, o índice consolidado de cumprimento do PEPC, considerando as categorias obrigadas (CNAI, CNPC e outras categorias previstas na NBC PG 12 (R5)), atingiu 93,97%, o que reafirma a qualificação técnica dos especialistas.

Prestação de Contas PEPC 2024 apuradas em 2025

	CNAI	CNPC
Concluídas	5.080	2.636
Em análise	39	29
Cumpriram	4.961	2.561
Não cumpriram	286	166

Aprovação da NBC PG 12 (R5)

Em dezembro de 2025, foi aprovada a revisão 5 da norma que trata da Educação Profissional Continuada (EPC).

De acordo com o normativo, a partir do exercício de 2026, fica excluída a previsão de lavratura de auto de infração e abertura de processo ético disciplinar aos profissionais obrigados que descumprirem o PEPC.

No entanto, fica mantida a penalização de baixa no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC).

Plataforma EduCont



Inovação implementada na Educação Profissional Continuada no ano de 2025.

A finalidade é expandir a prestação da atividade finalística de promover a educação continuada aos profissionais da contabilidade, por meio da utilização de plataforma única de disponibilização de conteúdo em infraestrutura de nuvem (Moodle). Isso permite a concentração de ações coletivas para a disseminação do ensino a distância e/ou híbrido do CFC e dos 27 CRCs, marcando uma expansão significativa do alcance do EAD no Sistema.

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Apoio à Realização de Eventos da Área Contábil

Em 2025, o CFC manteve o seu compromisso com o fortalecimento da classe contábil ao apoiar financeiramente eventos de capacitação promovidos pelos CRCs e por entidades parceiras.



Investimentos realizados em 2025

- **R\$ 8.136.834,52** apoio concedido para a realização de eventos
- **18** convenções regionais
- **75** palestrantes
- **12** patrocínios
- **9** locação de estandes

Esses investimentos reforçam a política institucional de incentivo à qualificação e ao desenvolvimento técnico dos profissionais da contabilidade, o que amplia o alcance das ações educativas e de integração da categoria.



Principais eventos apoiados em 2025

- 15ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente
- XXV USP International Conference in Accounting & XXI Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade
- XIX Congresso Anpcont
- 11º Congresso UnB de Contabilidade e Governança
- Fórum Nacional de Auditoria Perícia Contábil da FBC
- 21ª Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento
- Projeto Seminários Reforma Tributária – Fenacon
- Seminários de Excelência em Governança Pública – IGCP

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Promover a educação continuada – congresso/encontros/seminários/fóruns/jornadas

Em 2025, o CFC deu continuidade à promoção da educação continuada por meio da realização de eventos nacionais voltados ao aperfeiçoamento técnico e à integração dos profissionais da contabilidade. As ações reforçaram o compromisso institucional com a disseminação do conhecimento e o fortalecimento da classe contábil em todo o país.



Principais eventos apoiados em 2025

- **3 edições da Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios – Secofem**
24 a 28/3/2025, em São Paulo/SP
23 a 27/6/2025, em Porto Alegre/RS
25 a 29/8/2025, em Cuiabá/MT
Total de participantes: 1.566
- **2 edições do Seminário de Contabilidade aplicado às Entidades Desportivas**
28/3/2025, no Rio de Janeiro/RJ
30/10/2025, em São Paulo/SP
Total de participantes: 191

(continua)



3º Conexão Contábil Nacional

5 e 6/8/2025, em Palmas/TO (Evento híbrido)

21 palestrantes e moderadores

9 palestras e painéis

Total de participantes: 7.696 (261 presenciais e 7.435 online)

14º Encontro Nacional da Mulher Contabilista

24 a 26/9/2025, em Natal/RN

75 palestrantes e moderadores

27 palestras e painéis

8 contratações

Total de participantes: 2.380

Conferência Nacional de Contabilidade Pública

18 e 19/11/2025, em Aracaju/SE

67 palestrantes e moderadores

27 palestras e painéis

8 contratações

Total de participantes: 1.248

Esses eventos consolidam o papel do CFC como referência na promoção da educação continuada e no incentivo à troca de experiências e boas práticas entre profissionais e instituições da área contábil.

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Seminários e Reuniões Voltados à Gestão do Sistema CFC/CRCs

Durante o ano, foram realizadas cinco reuniões virtuais com os vice-presidentes de Desenvolvimento Profissional dos CRCs. O foco foi o alinhamento estratégico das ações, orientação de atividades e atualização dos projetos de capacitação. Esses encontros contribuíram para a integração das iniciativas de educação continuada e para o fortalecimento do Sistema CFC/CRCs como rede nacional de formação e desenvolvimento da classe contábil.

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Apoio à produção técnico-científica da área contábil

Criado pelo CFC e promovido pela Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), o Prêmio Olívio Koliver tem como propósito incentivar a produção e a difusão do conhecimento na área contábil. O reconhecimento também presta uma homenagem à memória de um dos grandes nomes da Contabilidade brasileira, falecido em 2009.

Com vistas a valorizar a produção técnico-científica, o prêmio busca impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento de novas ideias que contribuam para o fortalecimento e a evolução da profissão contábil. Na edição de 2025, o artigo contemplado é de autoria de Larissa Corrêa Lima Lopes, Renata Turola Takamatsu, Juliana Vieira Pereira Perazzolli e Kelly Jaciara Fernandes da Silva Nunes, cujo título é *Gerenciamento de resultados no futebol brasileiro: um estudo exploratório*. A pesquisa foi publicada na RBC nº 265, de jan/fev, de 2024. A homologação aconteceu na 1.125ª Reunião Plenária de 2025, realizada em 13 de novembro de 2025.



Para ler as RBCs



Revista Brasileira de Contabilidade
143 artigos recepcionados em 2025

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Ampliação e modernização do acervo bibliográfico

A Biblioteca do CFC, referência nacional na área contábil, conta com um acervo especializado de 31.060 itens, entre materiais impressos e digitais. O acervo digital inclui periódicos, trabalhos apresentados em eventos da área contábil e publicações institucionais, como os anais dos Congressos Brasileiros de Contabilidade (CBC) e edições da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC).

Em 2025, foram adquiridos 271 livros, realizadas 11 novas assinaturas de periódicos e incorporados 896 documentos à base de dados. Além disso, foram publicadas 10 edições do Boletim da Biblioteca do CFC, fortalecendo a disseminação do conhecimento e contribuindo para a preservação da memória da Contabilidade brasileira.



Acervo Bibliográfico (físico e digital)



Livros (impressos)
11.295



Acervo digital
17.497



Legislações contábeis (digital)
336



Pesquisas on-line no ano de 2025
11.237



Artigos e trabalhos (impresso e digital)
16.763



Aponte a câmera para o QR code ou clique e acesse a base de dados da Biblioteca do CFC



PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Relacionamento Institucional com Entidades Nacionais e Internacionais

Comissão Nacional de Educação

Em 2025, o CFC avançou na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Ciências Contábeis, aprovadas em 2024 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), cujo objetivo foi alinhar a formação acadêmica às demandas contemporâneas da profissão.

Entre as ações, destacam-se:

Lançamento do e-book DCNs: contribuições para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Workshop Nacional de Capacitação de Multiplicadores das DCNs, realizado nos dias 29 e 30 de abril de 2025, na sede do CFC em Brasília/DF. O evento contou com **73 participantes**, incluindo representantes dos CRCs, das Academias de Ciências Contábeis e da Comissão Nacional de Educação Contábil do CFC. O evento teve o objetivo de formar multiplicadores regionais, capacitando-os para disseminar e implementar as DCNs nas Instituições de Ensino Superior (IES) e fortalecer o diálogo entre o meio acadêmico e o Sistema CFC/CRCs.



Além disso, houve a realização de encontros e seminários presenciais e virtuais, desenvolvimento de materiais de apoio (cartilhas, questionários e checklists) e monitoramento contínuo das ações para orientar a implementação das DCNs e acompanhar a adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

Essas iniciativas contribuíram para a qualificação do ensino contábil, a padronização de procedimentos pedagógicos e o fortalecimento da articulação entre o Sistema CFC/CRCs e as IES, promovendo maior alinhamento entre a formação acadêmica e as demandas do mercado contábil.

Representatividade em organismos internacionais

O CFC, ao entender a importância de ampliar sua atuação no cenário internacional, criou, em 2025, a Diretoria de Estratégias e Parcerias Globais. O objetivo foi fomentar a representatividade do Brasil em organismos internacionais e promover a integração das práticas contábeis brasileiras às tendências globais. A criação da Diretoria consolida a internacionalização do CFC como pilar estratégico, visando não apenas à representação, mas à exportação do conhecimento contábil brasileiro.

O CFC tem trabalhado ativamente para fortalecer a sua presença no cenário global por meio de parcerias estratégicas e acordos de cooperação internacional. Essa abordagem busca promover transparência, boa governança e integridade nas práticas contábeis – aspectos essenciais para o desenvolvimento econômico sustentável. Com isso, o Brasil objetiva consolidar sua posição como um dos protagonistas na elaboração de normas contábeis internacionais e no aperfeiçoamento contínuo da profissão contábil.

Associação Interamericana de Contabilidade (AIC)

A colaboração entre o CFC e a AIC desempenha papel crucial para o intercâmbio de conhecimento entre profissionais brasileiros e de outros países da América Latina. Esse esforço visa

alinhar as práticas contábeis regionais aos padrões globais, colaborando para a evolução e a modernização da Contabilidade.

Em 2025, o CFC reforçou a sua participação em comissões técnicas interamericanas. Nesse contexto, abordou temas como os *reports* de sustentabilidade e o uso de inteligência artificial, o que fortalece a qualidade e a transparência na Contabilidade.



Resultados de destaque incluem:

- Manutenção de **7 representantes** em **6 Comissões Técnicas** permanentes da AIC.
- Participação em **38 reuniões técnicas** e **31 palestras** virtuais com outras entidades da América Latina.
- Participação na XXXVI Conferência Interamericana de Contabilidade (CIC)**, um dos eventos mais relevantes para a profissão contábil na América Latina, realizada no Paraguai, em outubro de 2025.

Grupo Latino-Americano de Emissores de Normas de Informação Financeira (Glenif)

A parceria do Brasil com o Glenif se consolidou como estratégica para assegurar uma participação ativa nas discussões globais promovidas pelo *International Accounting Standards Board (Iasb)* e pelo *International Sustainability Standards Board (ISSB)*. Por meio desse alinhamento, o Brasil busca influenciar o desenvolvimento de normas contábeis internacionais, enriquecendo debates e adaptando os normativos aos contextos regionais.

Em 2025, a participação nos processos de contribuições e de respostas às consultas públicas realizadas pelo Iasb e ISSB agrega valor significativo ao alinhar as perspectivas da América Latina com os padrões globais de Contabilidade e de auditoria, o que fortalece a influência da região no desenvolvimento de normas internacionais. Por meio do envio de cartas-comentário, como o GTT 121 ao GTT 126, a América Latina contribui ativamente para a construção de um ambiente normativo mais inclusivo. Isso ocorre ao considerar as particularidades

loais e trabalhar para que as normas internacionais reflitam as necessidades e os desafios das economias emergentes. Essa colaboração não apenas reforça a representatividade regional nos debates globais, mas também promove a disseminação de práticas globais avançadas, incentivando a transparência e a harmonização contábil em benefício do interesse público.

O V Congresso Anual Glenif foi realizado nos dias 23 e 24 de setembro e contou com expressiva participação dos profissionais latino-americanos, totalizando cerca de **185 participantes**. O evento serviu como principal fórum para o diálogo técnico e para a cooperação regional. A iniciativa visa ser um espaço para compartilhamento de experiências entre os países latino-americanos.

Comitê de Integração Latino-Europa América (Cilea)

A participação do Brasil no Cilea tem como objetivo promover o intercâmbio de experiências entre países de língua latina na Europa e na América, o que contribui para o desenvolvimento conjunto da profissão contábil.

Em 2025, os principais destaques foram quatro encontros profissionais, que abordaram temas estratégicos e relevantes para a capacitação dos profissionais da contabilidade: *"La Inteligencia Artificial para los pequeños y medianos despachos contables"*; *"Panorama y perspectivas de la profesión: Tendencias y oportunidades"*; *"Transformación Empresarial con Propósito: Tecnología y Personas"*; e *"Preparando la Información para el Consejo de Administración de medianas empresas"*.

Esses encontros agregaram valor ao ampliar a compreensão dos profissionais sobre os desafios e as oportunidades que moldam o futuro da Contabilidade. Adicionalmente, reforça a troca de conhecimento e a atualização técnica como pilares para o crescimento da profissão.

IFRS Foundation

O CFC desempenha um papel ativo nas reuniões técnicas promovidas pela IFRS Foundation, o que contribui para que as perspectivas brasileiras sejam contempladas no desenvolvimento de normas de contabilidade e sustentabilidade.

Em 2025, o Conselho participou de duas reuniões do *International Forum of Accounting Standard Setters (IFASS)*, em que normatizadores internacionais discutiram a implementação de normas em diversos contextos.

Essa participação foi essencial para posicionar o Brasil como influente nos debates globais sobre padrões contábeis, o que favorece a conexão entre as práticas nacionais e os padrões internacionais em busca de um futuro mais sustentável e ético.

Normatização

A área de Normatização é responsável pela elaboração, atualização e convergência das normas contábeis aplicáveis no Brasil, alinhando-as às melhores práticas internacionais. Essa atuação garante transparência, comparabilidade e qualidade à informação contábil, o que contribui para fortalecer a confiança nos relatórios financeiros e na governança das organizações.

INDICADOR | Ações que assegurem ou ampliem as competências do CFC e melhorem o ambiente regulatório da profissão



Em 2025, o CFC executou 10 ações normativas, atingindo 100% da meta anual e mantendo o desempenho consistente dos últimos exercícios. A atuação integrada da Câmara Técnica, das comissões e dos grupos de estudo garantiu a atualização e a coerência do arcabouço regulatório. Tal resultado fortalece a segurança, a transparência e a credibilidade da profissão contábil. A mensuração sistemática dessas ações reforça a governança, permite ajustes rápidos e consolida o CFC como referência regulatória, além de assegurar normas eficazes e alinhadas aos desafios atuais e futuros da profissão.

Ações normativas

1. Inclusão, por meio da Receita Federal do Brasil, de 15 contadores indicados pelo CFC na participação nos testes do sistema de apuração do imposto sobre serviços, conforme previsto na Reforma Tributária.
2. Participação efetiva do CFC no IFASS Meeting da Fundação IFRS, de 12 a 14/3/2025.
3. Realização do II Seminário de Contabilidade para Entidades Desportivas, em 28/3/2025.
4. Realização do II Fórum CBPS de Sustentabilidade, nos dias 3 e 4/6/2025.
5. Portaria CFC nº 114, de 2025: designação da vice-presidente Técnica para compor o Diretório Glenif, o que promove a cooperação internacional na adoção e difusão das normas do Iasb.
6. Aprovação da NBC TG 51 que dispõe sobre a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis.
7. Realização de 10 Circuitos Técnicos (46º ao 55º), com mais de 7.500 participantes.
8. Participação da vice-presidente Técnica no X Congresso Glenif, na posição de Diretora da entidade.
9. Atualização de 33 Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (CP CASP).
10. Participação no XXII Seminário Internacional FACPCS, com a promoção de debates sobre normas internacionais de contabilidade e de sustentabilidade.

INDICADOR | Duração média das normas até a revogação

A perenidade normativa, que mede a durabilidade e a estabilidade das normas, é um indicador central de maturidade técnica e de aderência ao ambiente regulatório. As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) possuem vigência por tempo indeterminado, sendo revogadas apenas quando necessário alinhamento a novas exigências legais, regulatórias ou de mercado.

Em 2025, foram revogadas 5 NBCs, com duração média de 5,56 anos, abaixo da média histórica de 8 anos. O resultado alcançado em relação à meta foi de 69,50%, pois não houve tempo hábil de publicar no Diário Oficial da União a atualização de 33 normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (CP CASP) nesse exercício, mesmo elas tendo sido aprovadas dentro desse período.

Apesar disso, o desempenho mantém o alinhamento à atualidade e à conformidade regulatória. Essa característica garante que o arcabouço normativo reflita de forma fiel as transformações do ambiente profissional e legal.

INDICADOR | Quantidade de Normas Técnicas – Aprovadas

O indicador evidencia a efetividade do Plano Normativo e mostra a capacidade do CFC de transformar planejamento estratégico em normas concretas, alinhadas às demandas da profissão e às boas práticas regulatórias.

Em 2025, foram aprovadas 42 NBCs, sendo que 40 passaram por audiência pública, superando a meta anual em 420% na comparação com o exercício anterior. Esse volume de normas reforça o alinhamento entre estratégia e execução, proporciona normas atualizadas, coerentes e consistentes e fortalece a confiança da profissão contábil com o mercado, a sociedade e os órgãos reguladores.

**EIXO TEMÁTICO: Setor Público (NBC TSP)**

1. NBC TSP Estrutura Conceitual (R1);
2. NBC TSP 16 (R1) – Demonstrações Contábeis Separadas;
3. NBC TSP 17 (R1) – Demonstrações Contábeis Consolidadas;
4. NBC TSP 18 (R1) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
5. NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – IPSAS 19;
6. NBC TSP 04 – Estoques – IPSAS 12;
7. NBC TSP 05 – Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente – IPSAS 32;
8. NBC TSP 06 – Propriedade para Investimento – IPSAS 16;
9. NBC TSP 08 – Ativo Intangível – IPSAS 31;
10. NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis – IPSAS 24;
11. NBC TSP 14 – Custos de Empréstimos – IPSAS 5;
12. NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados – IPSAS 39;
13. NBC TSP 21 – Combinações no Setor Público – IPSAS 40;
14. NBC TSP 22 – Divulgação sobre Partes Relacionadas – IPSAS 20;
15. NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros – IPSAS 3;
16. NBC TSP 27 – Informações por Segmento – IPSAS 18;
17. NBC TSP 29 – Benefícios Sociais – IPSAS 42;
18. NBC TSP 11 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
19. NBC TSP 12 (R1) – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
20. NBC TSP 19 (R1) – Acordos em Conjunto;
21. NBC TSP 20 (R1) – Divulgação de Participações em Outras Entidades;
22. NBC TSP 24 (R1) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis;
23. NBC TSP 25 (R1) – Evento Subsequente;
24. NBC TSP 26 (R1) – Ativo Biológico e Produto Agrícola;
25. NBC TSP 28 (R1) – Divulgação de Informação Financeira do Setor Governo Geral;
26. NBC TSP 30 (R1) – Instrumentos Financeiros: Apresentação;
27. NBC TSP 31 (R1) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;

**EIXO TEMÁTICO: Setor Privado/IFRS (NBC T/Revisão)**

33. NBC TG 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis;
34. Revisão de NBC 31 – Alterações decorrentes da IFRS 18/CPC 51;
35. Revisão NBC 30 – Alteração na NBC PA 400 – Honorários de Auditoria;

**EIXO TEMÁTICO: Perícia e Auditoria (NBC PP/NBC TP e NBC PA)**

36. NBC PP 01 (R2) – Perito Contábil;
37. NBC TP 01 (R2) – Perícia Contábil;
38. NBC PP 02 (R1) – Exame de Qualificação Técnica para Perito;
39. NBC PA 13 (R4) – Exame de Qualificação Técnica (Auditoria).

**EIXO TEMÁTICO: Outros Normativos/Interpretações Técnicas/Revisões (ITP)**

40. ITP 01 – Apuração de Haveres;
41. NBC PG 12 (R5) – Educação Profissional Continuada;
42. NBC TAS 5000 – Asseguração de Relatórios de Sustentabilidade, Relatório Integrado e correlatos, convergidos aos padrões internacionais.

Eixo Temático	Qtd. de NBCs	Foco e Impacto
Setor Público (NBC TSP)	32 (dos itens 1 a 32)	Atualização massiva e convergência ao Handbook 2024/2025 do IPSASB. Garante mais transparência e comparabilidade às contas públicas.
Setor Privado/IFRS (CPC)	3 (itens 33 a 35; 35 – Parcial)	Adoção da IFRS 18 (CPC 51), marco global que reestrutura a apresentação de demonstrações contábeis.
Perícia e Auditoria (NBC PP/TP/PA e ITP)	4 (Itens 36 a 39)	Revisão e fortalecimento das regras de atuação profissional e do Exame de Qualificação Técnica e aprovação da norma de apuração de haveres.
Outros Normativos/Interpretação	3 (itens 40 a 42)	Aprovação da norma de apuração de haveres, Educação Profissional Continuada e Asseguração de Relatórios de Sustentabilidade.
Total	42	

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Relacionamento Institucional com Entidades Nacionais e Internacionais

Federação Internacional de Contadores (Ifac)

O CFC mantém uma relação estratégica e consolidada com a Ifac, evidenciada pelo cumprimento anual das Declarações de Obrigações de Associado (*Statements of Membership Obligations* – SMOs). Essas declarações demonstram o comprometimento do Brasil com as melhores práticas internacionais e os resultados alcançados em função do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o CFC e a Ifac.

Descrição	Brasil
1. Controle da Qualidade	Os auditores registrados na Comissão de Valores Mobiliários e no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – Pessoa Jurídica participam no Programa de Revisão Externa de Qualidade. Adotado parcialmente
2. Normas Internacionais de Educação (IES)	O CFC atuou com o MEC para a aprovação da Resolução CNE/CES nº 1, de 2024, que atualizou a grade curricular do curso de Ciências Contábeis, restando obrigatória a exigência de experiência prática. Adotado parcialmente
3. Normas Internacionais de Auditoria (ISAs)	As ISAs foram adotadas na sua totalidade. As normas são efetivas para aplicação em todos os trabalhos de auditoria. Adotado
4. Código de Ética	O Código de Ética está adotado e atualizado, excetuando algumas poucas diferenças em face da legislação brasileira não trazer similaridade para a sua adoção. Adotado parcialmente
5. Normas Internacionais aplicadas ao Setor Público (IPSAS)	As IPSAS foram adotadas na sua totalidade. As normas são efetivas para aplicação em todos os níveis de governo. Adotado
6. Sistema de Fiscalização e Disciplinar (I&D System)	O CFC estuda a revisão da legislação, referente a dispositivos com impedimentos legais. Adotado parcialmente
7. Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)	As IFRS foram adotadas e atualmente são efetivas para todas as entidades de interesse público. Adotado

A atuação de representantes brasileiros em boards e grupos de trabalho internacionais fortalece a presença do país nos debates globais e influencia a definição de padrões com impacto econômico e social. Profissionais do Brasil contribuem em instâncias, como Ifac, Iasb, IAASB, Iesba, IPSASB, Glenif e IFRS Foundation, e levam a perspectiva nacional às discussões. Dessa forma, contribuem para que as especificidades regionais sejam consideradas nas diretrizes e boas práticas internacionais.



Destaques de 2025

Participação no CReCER 2025 – Nos dias 13 e 14 de maio, em Lima (Peru), representantes do CFC participaram do evento promovido pela Ifac e pelo Banco Mundial. A atividade reuniu líderes da América Latina e do Caribe para discutir finanças sustentáveis, responsabilidade corporativa e inovação. A presença do CFC reforçou o compromisso da entidade com a sustentabilidade, a governança e as boas práticas, e possibilitou o intercâmbio de experiências com instituições internacionais.

Realização do evento Pré-COP: Rumo à COP 30 – Contabilidade: Transparência para um Futuro Sustentável – Realizado em 14 de outubro de 2025, em Brasília/DF, contou com palestras e debates sobre práticas contábeis voltadas à sustentabilidade e à transparência, alinhadas às melhores práticas internacionais. A iniciativa promoveu a troca de conhecimentos e ressaltou o papel estratégico da Contabilidade na construção de um futuro sustentável.

Atuação na Alianza Regional Interamericana (UNCTAD-ISAR) – O Brasil participou ativamente das discussões sobre relatórios de sustentabilidade, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), regulação e *assurance*. Em 2025, o país foi incluído entre os 17 que integram o relatório da IFRS Foundation sobre a adoção dos padrões de sustentabilidade do ISSB, o que destaca o alinhamento do CFC com as práticas internacionais.

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Grupos de Estudo e de Trabalho para Normatização Contábil

Em 2025, a Vice-Presidência Técnica atuou em **três eixos** complementares no âmbito dos Grupos de Estudo e Trabalho:



Perícia Contábil – revisão das NBC PP 01 (R2) e NBC TP 01 (R2) e consolidação da ITP 01 – *Apuração de Haveres*, o que fortalece a padronização e a segurança técnico-pericial



Entidades Desportivas – realização do 2º e do 3º Seminário de Contabilidade Aplicada às Entidades Desportivas (Sistema CFC/CRCs em parceria com a CBF), com foco na aderência à ITG 2003 (R2) e nas inovações do segmento. As discussões abordaram temas como ESG no desporto, regulamentação das apostas, impactos contábil-financeiros, *valuation* de clubes/SAFs e gestão de riscos e *compliance*.



Novos Grupos Estratégicos – Foram instituídos o GT de Auditoria Governamental (Portaria CFC nº 294, de 2025) e o GT de Normas de Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos (Portaria CFC nº 432, de 2025). Ambos iniciaram suas atividades em 2025 e devem gerar, em 2026, minutas normativas e interpretativas, além de ações de capacitação.

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Comitê Gestor da Convergência (CGC)



1 Revisão das normas de auditoria



7 Normas técnicas aplicadas ao setor privado



3 Revisões das normas do setor privado

Instituído pela [Resolução CFC nº 1.103, de 2007](#), o Comitê Gestor da Convergência (CGC) – integrado por CFC, Ibracon, CVM e BcB – manteve, em 2025, a coordenação da agenda de convergência das normas brasileiras aos referenciais internacionais. O foco esteve em transparência, qualidade da informação e aprimoramento das práticas profissionais nos setores privado e público. Ao longo do exercício, o Comitê mapeou e monitorou frentes prioritárias e alinhou encaminhamentos com os colegiados técnicos e reguladores, atuando de forma conjunta e contínua para fomentar os trabalhos do CPC, CBPS e CP CASP. No âmbito do setor público, destaca-se que o CP CASP conduziu a atualização das NBC TSP do Handbook 2016 para o Handbook 2024/2025 do IP-SASB, totalizando 33 normas atualizadas em 2025. No setor privado e na agenda de sustentabilidade, o CGC apoiou o sequenciamento de audiências, traduções e orientações de implementação. Dessa forma, contribuiu para a previsibilidade regulatória, a mitigação de assimetrias e maior aderência às melhores práticas internacionais.

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

No exercício de 2025, o CPC – do qual o CFC integra a Diretoria de Operações – manteve agenda ordinária e o *due process* de convergência aos IFRS, monitorando IASB/IFRIC e coordenando, com CVM e BcB, a sincronização de consultas e implementação no país. O principal marco foi a aprovação e implementação no país. O principal marco foi a aprovação da NBC TG 51 – CPC 51 (IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis) que reconfigura a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis para as entidades de capital aberto e as sociedades de Grande Porte com modificações nas categorias de receitas e despesas com inclusão de novos subtópicos e inclusão de medidas de desempenho definidas pela administração nas Notas Explicativas, para vigor obrigatoriamente a partir de 2027.

Permaneceram ainda em estudo a revisão do CPC 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, OCPC 07, o PIR do IFRS 16 – sobre arrendamentos (*leasing*), as melhorias anuais do Iasb e os efeitos de classificação e mensuração (IFRS 9 – instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração de ativos financeiros/IFRS 7 – instrumentos financeiros: divulgações), além da interface técnica com o CBPS para fortalecer a conectividade entre relato financeiro e sustentabilidade.

No relacionamento com o mercado, o CFC participou do XXII Seminário Internacional da FACPCS e promoveu Circuito Técnico dedicado a apresentar as mudanças e orientar a implementação do CPC 51/IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis.



- 10 reuniões regimentais, com a aprovação de 3 documentos normativos
- 3 audiências públicas para envolver várias partes interessadas na discussão de questões técnicas
- 4 cartas-comentário enviadas ao *International Accounting Standards Board (Iasb)*
- 3 eventos de apresentação de projetos, com participação de colaboradores e membros do Iasb

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE)

O CRE manteve o foco de avaliar a qualidade do trabalho de auditoria realizado por profissionais e firmas e, a partir dos dados obtidos, orientar melhorias. O ciclo 2025 foi organizado com regras claras, treinamentos e diligências prévias para melhoria dos resultados do programa de revisão. Foram indicados para o processo de revisão 148 revisados (17 pessoas físicas e 131 pessoas jurídicas). Em paralelo, foram promovidas ações de capacitação (em parceria com o Ibracon) para que os achados se convertam em melhoria prática do trabalho.

CRE 2025 Dados do Programa

148
Total de empresas selecionadas

11
Exclusões



Relatórios	nº	%
Adequados	55	(41,05%)
Com deficiências	12	(8,96%)
Inadequado	22	(16,41%)
Limitação escopo	06	(4,48%)
Não aprovados	39	(29,10%)

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES | Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS)

Em 2025, o CBPS completou 3 anos de sua existência com avanços bastante significativos em suas ações com a capacitação e a conscientização dos profissionais para a aplicação das normas a serem mandatórias a partir de 2026 em matéria de sustentabilidade.

Dentre os progressos obtidos pelo comitê, destacam-se a manutenção de reuniões regulares, a criação de grupos de trabalho [Pequenas e Médias Empresas – PME's – Florestal], a organização do II Fórum do CBPS e do XXII Seminário do FACPCS, bem como a participação neles, participação em webinars, representatividade na COP30 pelas entidades convidadas [CNI, B3, IBGC], resposta de carta-comentário ao ISSB.

Além disso, o CBPS articulou com órgãos reguladores e o mercado para harmonizar expectativas, prazos e escopos de seus projetos.

Informações solicitadas pela Decisão Normativa do TCU nº 216, de 2025 – indicadores essenciais ao monitoramento do exercício e da gestão
Informações individualizadas por Conselho Regional

Conselho de Contabilidade	Profissionais Registrados		Fiscalizações realizadas			Gasto com atividades de fiscalização	Profissionais fiscalizados			Denúncias recebidas	Processos instaurados	Processos julgados	Multa	Suspensão do exercício profissional	Cassação do registro profissional	Sanções aplicadas		
	Contadores	Técnicos em Contabilidade	Organizações Contábeis	Planos de fiscalização	Denúncias		Pessoas físicas	Pessoas jurídicas	Autos de infração							Advertência reservada	Censura reservada	Censura pública
AC	1.085	237	269	457	16	R\$ 3.096,88	311	173	51	26	28	48	25	0	0	21	0	0
AL	3.490	939	801	555	5	R\$ 4.548,55	264	116	180	5	195	167	1	2	0	1	0	2
AM	5.810	1.342	756	587	9	R\$ 387.229,27	450	119	19	12	19	17	21	1	0	27	0	0
AP	1.429	331	163	317	0	R\$ 5.843,24	166	296	61	28	61	20	0	0	0	0	0	0
BA	17.384	5.876	4.239	1.879	28	R\$ 1.283.141,75	1.069	821	328	35	420	612	311	0	0	144	20	4
CE	10.334	3.328	3.097	1.722	38	R\$ 1.093.352,37	1.349	565	149	41	181	177	42	0	0	24	2	0
DF	11.426	3.237	2.868	3.084	60	R\$ 1.155.197,61	758	917	243	66	290	311	106	0	0	62	3	3
ES	8.701	2.173	2.124	1.185	32	R\$ 755.780,38	747	286	173	40	163	306	62	0	0	35	12	1
GO	11.081	3.169	3.434	1.895	90	R\$ 805.094,66	1.434	950	1.114	98	1.104	689	53	0	0	21	4	3
MA	6.275	1.805	1.356	604	20	R\$ 492.804,69	716	277	204	20	156	119	90	2	0	32	1	14
MG	38.242	16.839	11.744	17.011	130	R\$ 3.633.001,42	16.489	2.959	939	152	540	867	521	4	3	309	52	23
MS	5.797	2.054	1.643	1.285	20	R\$ 69.355,51	1.010	404	287	27	173	227	162	5	0	64	11	13
MT	8.693	1.419	2.117	2.130	59	R\$ 50.184,07	1.324	318	118	95	218	189	66	0	0	44	6	0
PA	11.395	1.777	1.312	1.896	32	R\$ 330.085,08	393	397	153	45	306	219	85	0	1	33	1	2
PB	5.212	1.325	1.359	1.140	28	R\$ 2.175.213,57	519	434	55	33	92	62	51	0	0	21	2	1
PE	11.531	5.023	2.519	2.989	77	R\$ 1.037.498,00	1.520	619	168	82	244	42	75	0	0	34	5	0
PI	5.329	959	961	1.307	6	R\$ 498.480,91	1.315	876	116	6	78	106	43	0	0	20	4	0
PR	29.444	6.861	8.109	7.724	134	R\$ 4.841.384,35	4.876	1.549	449	156	217	452	304	5	1	141	46	42
RJ	39.621	14.475	8.333	5.707	80	R\$ 3.418.625,30	495	3.658	3.086	89	3.839	930	111	0	0	75	2	0
RN	6.017	939	975	1.694	45	R\$ 76.130,94	538	506	58	53	111	54	89	1	0	49	8	0
RO	3.804	839	810	2.003	9	R\$ 1.783.577,78	1.926	1.023	165	9	138	207	69	0	0	28	12	2
RR	1.112	153	212	564	1	R\$ 811.780,32	303	421	67	1	42	88	47	0	0	23	2	0
RS	26.601	11.088	6.521	6.262	125	R\$ 2.858.074,35	4.511	2.108	314	135	421	403	117	2	1	89	1	3
SC	19.897	3.643	5.859	3.264	167	R\$ 3.394.320,61	2.801	415	495	244	1.211	112	186	1	0	88	23	1
SE	2.865	839	660	1.411	26	R\$ 361.474,85	432	411	147	31	67	350	75	2	0	48	9	2
SP	108.985	43.463	28.803	12.470	313	R\$ 8.818.516,42	2.058	966	1.425	499	1.930	1.530	1.062	0	0	390	86	7
TO	3.012	481	836	555	9	R\$ 18.746,67	378	166	53	11	19	79	22	1	0	11	1	1
TOTAL	404.572	134.614	101.880	81.697	1.561	R\$ 40.162.540	48.152	21.750	10.617	2.041	12.263	8.383	3.796	26	6	1.834	313	124

Informações solicitadas pela Decisão Normativa do TCU nº 216, de 2025 – indicadores essenciais ao monitoramento do exercício e da gestão
Informações individualizadas por Conselho Regional

Sistema de Gestão por Indicadores

Conselho de Contabilidade	Índice de realização de fiscalizações	Índice de denúncias e representações apuradas	Índice de processos de fiscalização julgados dentro do prazo – fase de defesa	Quantidade de horas de capacitação por fiscal em atividade	Índice de crescimento de registros profissionais ativos	Índice de crescimento de registros de organizações contábeis ativas	Índice de processos de registros julgados dentro do prazo	Participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação – educação continuada	Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc
AC	86,55%	80,77%	100,00%	103 horas	1,69%	22,83%	97,41%	17,17%	94,00%
AL	101,09%	100,00%	96,80%	84 horas	5,62%	5,32%	64,67%	55,84%	32,80%
AM	111,17%	75,00%	100,00%	109 horas	0,50%	4,80%	92,89%	26,55%	98,21%
AP	60,04%	0,00%	100,00%	90 horas	0,86%	41,74%	97,22%	22,16%	96,86%
BA	118,62%	80,00%	91,12%	228,75 horas	1,41%	6,56%	91,86%	21,33%	96,54%
CE	108,71%	92,68%	96,23%	34 horas	0,55%	5,70%	97,43%	25,91%	96,07%
DF	194,33%	90,91%	87,29%	249 horas	2,96%	5,73%	94,73%	83,77%	98,09%
ES	112,22%	80,00%	87,65%	198,67 horas	2,77%	5,04%	99,78%	81,58%	97,84%
GO	179,45%	100,00%	96,97%	169,67 horas	4,20%	7,72%	99,84%	40,63%	97,37%
MA	114,39%	100,00%	100,00%	353 horas	4,19%	6,44%	89,19%	28,82%	98,35%
MG	117,16%	85,53%	96,18%	130,33 horas	1,98%	7,46%	97,53%	61,11%	97,64%
MS	121,69%	76,00%	95,24%	105,80 horas	3,40%	7,11%	93,33%	26,62%	97,23%
MT	80,68%	62,11%	88,82%	46,25 horas	3,72%	4,65%	95,03%	25,61%	98,01%
PA	119,70%	71,11%	76,04%	87,25 horas	5,64%	7,10%	84,82%	21,48%	95,97%
PB	107,95%	84,85%	77,78%	137,33 horas	-0,24%	13,53%	100,00%	29,05%	96,58%
PE	141,66%	93,90%	95,08%	97,40 horas	2,40%	6,69%	74,54%	28,19%	90,34%
PI	123,77%	100,00%	98,04%	45,75 horas	3,85%	8,59%	99,89%	28,51%	95,62%
PR	132,99%	85,90%	100,00%	139,79 horas	3,76%	6,32%	99,53%	49,52%	99,34%
RJ	120,00%	89,89%	95,48%	1.413,89 horas	2,38%	7,46%	98,35%	34,20%	100,00%
RN	106,94%	91,49%	93,33%	47 horas	3,10%	6,33%	95,16%	21,72%	96,63%
RO	94,84%	100,00%	98,54%	141 horas	4,45%	7,28%	99,78%	32,50%	98,61%
RR	103,60%	100,00%	100,00%	60 horas	3,52%	5,47%	99,27%	21,58%	100,00%
RS	131,78%	92,59%	99,18%	110,75 horas	-0,17%	4,69%	95,39%	40,22%	96,43%
SC	61,82%	68,44%	82,39%	146,70 horas	3,02%	5,76%	94,37%	29,24%	97,73%
SE	133,62%	83,87%	96,15%	248,67 horas	0,19%	5,60%	99,81%	21,48%	98,22%
SP	118,09%	62,73%	92,61%	46,35 horas	1,29%	6,34%	99,03%	91,58%	95,56%
TO	105,11%	88,89%	100,00%	54,50 horas	4,24%	9,71%	99,08%	37,53%	94,80%

Resultado das atividades de gestão

Gestão Orçamentária e Financeira

Evolução da Execução Orçamentária

De acordo com a alínea “a” do item 4.2.4.4.3 do Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, entende-se por receitas correntes:

“(...) as oriundas de contribuições dos contabilistas e organizações contábeis, receitas patrimoniais, receitas de serviços e outras de natureza semelhante, bem como as transferências recebidas para atender às despesas de custeio.”

No contexto do CFC, são receitas correntes:

Receitas de Contribuições – representam 1/5 (um quinto) da receita bruta de cada CRC, excetuados legados, doações, subvenções, receitas patrimoniais, restituições e outras, quando justificadas.

Exploração de Bens e Serviços – é oriunda da emissão de carteiras de registro profissional e da realização dos Exames de Qualificação Técnica e de Suficiência.

Receitas Financeiras – constituídas pelos juros de empréstimos concedidos aos CRCs e por rendimentos decorrentes de aplicações financeiras.

Outras Receitas Correntes – são decorrentes de indenizações, restituições e receitas não identificadas.

Realizada	2025	2024	2023
Receitas Correntes	R\$ 104.896.801	R\$ 91.881.552	R\$ 86.766.342
Contribuições	R\$ 72.767.684	R\$ 64.901.687	R\$ 59.738.952
Exploração de bens e serviços	R\$ 12.281.920	R\$ 11.112.212	R\$ 8.052.609
Financeiras	R\$ 19.790.021	R\$ 15.708.584	R\$ 18.819.822
Outras receitas correntes	R\$ 57.174	R\$ 159.068	R\$ 154.959

As Receitas de Capital são caracterizadas pela realização de bens e direitos em espécie e pelo recebimento de recursos para investimentos. De acordo com a alínea “b” do item 4.2.4.4.3 do Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, entende-se por receitas de capital:

“(...) aquelas provenientes da alienação de bens, das operações de créditos autorizadas em decorrência das transferências recebidas para atender às despesas de capital e da amortização de empréstimos.”

Resultados	2025	2024	2023
Receitas de Capital	R\$ 1.691.880	R\$ 1.876.136	R\$ 1.427.514
Amortização de empréstimos concedidos	R\$ 1.691.880	R\$ 1.876.136	R\$ 1.422.762
Outras receitas correntes	-	-	R\$ 4.752

A execução total da receita (corrente e de capital) apresentou crescimento de 12,04% em relação ao exercício de 2024. Esse resultado decorreu, principalmente, do reajuste da anuidade, dos rendimentos obtidos com as aplicações financeiras e da execução do programa de recuperação de débitos (Redam).

A realização da receita financeira superou o valor projetado para o exercício, atingindo 117% da previsão para 2025. Esse desempenho reflete, principalmente, a recuperação das taxas de rentabilidade dos fundos de investimento ao longo do período.

Resultados	2025	2024	2023
Resultado Patrimonial	R\$ -7.866.104	R\$ -4.954.467	R\$ 6.337.564
Superávit Financeiro	R\$ 111.549.510	R\$ 117.969.716	R\$ 125.780.756
Disponibilidades em Conta	R\$ 123.641.502	R\$ 132.026.287	R\$ 136.271.902

Em 2025, o orçamento inicial do CFC foi de R\$ 98.052.479 (Resolução CFC nº 1.752/2024). Ao longo do exercício, o superávit financeiro permitiu aportes estratégicos, elevando o orçamento para R\$ 125.767.478. Esse acréscimo foi direcionado prioritariamente à modernização tecnológica e ao fortalecimento da educação continuada, atendendo às demandas crescentes da classe contábil. Tais investimentos foram realizados mantendo o equilíbrio financeiro.

Receitas

Prevista	Corrente	R\$ 95.979.747
	Capital	R\$ 2.072.732
	Total	R\$ 98.052.479

Realizada	Corrente	R\$ 104.896.801
	Capital	R\$ 1.691.880
	Total	R\$ 106.588.681

Despesas

Prevista	Corrente	R\$ 118.868.578
	Capital	R\$ 6.898.900
	Total	R\$ 125.767.478

Realizada	Corrente	R\$ 109.060.541
	Capital	R\$ 3.999.588
	Total	R\$ 113.060.129

Execução orçamentária

O Planejamento Orçamentário do CFC é um instrumento estratégico que define os objetivos, metas e ações necessários para o cumprimento das atividades essenciais da entidade: fiscalização, registro, normatização, educação continuada e investimentos em infraestrutura física e tecnológica, entre outros. A Proposta Orçamentária é elaborada em consonância com o Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs, garantindo alinhamento às boas práticas de governança e conformidade com as normas legais de gestão orçamentária e financeira; possibilitando uma gestão eficiente, transparente e voltada para o fortalecimento da profissão contábil no Brasil.

As despesas totais executadas apresentaram um crescimento de 11,16% frente a 2024, reflexo dos aportes estratégicos em tecnologia e do suporte operacional a eventos.

Em 2025, 32,79% das despesas correntes foram destinadas a pessoal e encargos sociais. Esse montante abrange a remuneração direta (salários), além de benefícios como programa de alimentação ao trabalhador, planos de saúde e odontológico, auxílio-educação, bem como as provisões de férias e encargos patronais.

O grupo ‘Uso de Bens e Serviços’ totalizou R\$ 66.461.321, compreendendo a contratação de serviços essenciais às atividades do CFC. Além disso, o montante engloba a aquisição de materiais de consumo destinados tanto ao almoxarifado quanto às atividades finalísticas das Unidades Organizacionais.

As despesas de capital são decorrentes dos investimentos em softwares e equipamentos de informática e das transferências de recursos do CFC para os CRCs, por meio de “Auxílios” aprovados pelo Plenário do CFC.



Despesas por grupo e elemento

GRUPO DE DESPESA	2025			2024		
	Prevista	Executada	%	Prevista	Executada	%
DESPESAS CORRENTES	118.868.578	109.060.541	91,75%	110.584.360	97.204.891	87,9%
Pessoal e encargos	37.847.530	36.204.574	97,91%	37.040.279	34.068.970	91,98%
Benefícios assistenciais	200.720	181.209	90,28%	290.000	184.870	63,75%
Uso de bens e serviços	73.364.770	66.461.321	89,53%	9.058.378	60.416.780	87,49%
Financeiras	294.500	221.430	75,19%	392.000	239.002	60,97%
Transferências correntes	6.053.000	5.141.737	84,95%	2.047.000	758.841	37,07%
Tributárias e contributivas	193.046	129.225	66,94%	706.613	631.753	89,41%
Outras despesas correntes	915.011	721.043	78,80%	1.050.089	904.672	86,15%
DESPESAS DE CAPITAL	6.898.900	3.999.588	72,18%	6.243.640	4.506.486	72,18%
Investimentos	3.027.900	1.369.738	45,24%	4.124.040	2.390.386	57,96%
Transferência de capital	3.871.000	2.629.850	67,94%	2.119.600	2.116.100	99,83%
TOTAL DAS DESPESAS	125.767.479	113.060.130	89,90%	116.828.000	101.711.378	87,06%

Despesas



Gestão de Custos

O Planejamento Orçamentário do CFC é estruturado para distribuir recursos em programas, projetos e atividades, sempre alinhado aos objetivos estratégicos da instituição. Essa organização considera análises detalhadas de receitas previstas e despesas estimadas, o que permite ao Conselho exercer controle rigoroso e eficiente sobre os recursos públicos. O objetivo central é aprimorar continuamente o desempenho orçamentário, financeiro e econômico, o que contribui para a transparência, a eficiência e a responsabilidade na gestão institucional.

Legislação

Para assegurar a conformidade legal, o Planejamento Orçamentário observa dispositivos específicos, como o art. 50, §3º, da Lei Complementar n.º 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); a Resolução CFC n.º 1.752, de 2024, que aprovou o Orçamento 2025; a Resolução CFC n.º 1.161, de 2009 (Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs); a Resolução CFC n.º 1.532, de 2019 (Planejamento Estratégico); e o Manual do Plano de Trabalho. Esses instrumentos estabelecem a base normativa e metodológica para a execução, acompanhamento e avaliação das despesas.

Plano de trabalho

O Plano de Trabalho funciona como ferramenta central para guiar a execução orçamentária, detalhando ações, prazos e responsáveis. Isso permite que as metas estratégicas sejam desdobradas em resultados mensuráveis. Esse acompanhamento contínuo, aliado à medição de indicadores de desempenho, assegura que os recursos sejam aplicados de forma responsável, em consonância com as normas e com as prioridades institucionais, o que fortalece a governança e o controle social.

Embora o CFC não adote o rateio de custos indiretos (como despesas de infraestrutura e custeio comum), o Conselho prioriza o monitoramento detalhado da alocação direta de recursos em seus programas de gestão. Estes estão estruturados em 66 projetos, vinculados a 15 objetivos estratégicos e distribuídos em cinco programas. Essa organização permite uma visão clara da aplicação dos recursos, o que amplia a transparência e subsidia a análise técnica de gestores e conselheiros.

Distribuição Orçamentária por Objetivo Estratégico

Objetivo Estratégico	Executado em 2025
Fortalecer o ambiente regulatório e garantir as prerrogativas profissionais.	R\$ 619.411
Fortalecer a participação sociopolítico-institucional perante as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil.	R\$ 6.482.955
Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade.	R\$ 44.003
Firmar parcerias estratégicas.	-
Atuar como fator de proteção da sociedade.	R\$ 14.245.518
Promover a satisfação da classe contábil em relação ao Sistema CFC/CRCs.	R\$ 134.212
Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs.	R\$ 868.046
Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos.	R\$ 364.198
Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade.	R\$ 5.418.658
Elaborar, acompanhar e aperfeiçoar normas de interesse do Sistema CFC/CRCs, da profissão e da Ciência Contábil.	R\$ 645.172
Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs.	R\$ 3.625.478
Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs.	R\$ 18.676.455
Atrair e reter talentos.	R\$ 37.364.242
Influenciar a formação das competências e das habilidades dos profissionais, fomentar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs.	R\$ 12.672.275
Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs.	R\$ 11.899.502
TOTAL	R\$ 113.060.130

Gestão de Pessoas

Valorização, Desenvolvimento e Bem-Estar

A gestão de pessoas no CFC é orientada por princípios de valorização humana, desenvolvimento contínuo e fortalecimento da cultura organizacional. Em um contexto de transformação e modernização institucional, o CFC reconhece que o capital humano é o principal vetor de inovação, qualidade e credibilidade dos serviços prestados à sociedade e à classe contábil.

Durante o ano de 2025, as ações voltadas para a área de gestão de pessoas concentraram-se em consolidar práticas de governança, modernizar processos e promover um ambiente de trabalho mais inclusivo, colaborativo e saudável. O foco esteve na integração entre desempenho e bem-estar, colaborando para que cada empregado disponha das condições necessárias para contribuir com excelência para os objetivos estratégicos da autarquia.

Gestão Alinhada à Estratégia Institucional

Em 2025, o CFC fortaleceu o papel da área de gestão de pessoas como componente essencial do planejamento estratégico institucional. As políticas e práticas implementadas foram direcionadas ao aprimoramento da cultura organizacional e à ampliação das competências técnicas e comportamentais dos empregados. Houve, ainda, estímulo ao engajamento e à corresponsabilidade pelos resultados.

A atuação da área manteve-se pautada em valores como ética, respeito, cooperação e comprometimento. Esse cenário colaborou para a promoção de um ambiente de trabalho capaz de inspirar confiança e estimular o desenvolvimento individual e coletivo.



Governança e Conformidade Trabalhista

O CFC conduz a gestão de pessoas em conformidade com a legislação trabalhista e com seus normativos internos, o que assegura relações de trabalho pautadas em transparência, equidade e ética. O Manual de Políticas, o Plano de Cargos e Salários e o Código de Conduta permanecem como instrumentos estruturantes. Esses materiais orientam práticas justas e alinhadas às melhores referências de governança pública.

Em 2025, foram revisados processos administrativos e aprimorados mecanismos de controle e acompanhamento de rotinas trabalhistas, o que reforçou a integridade e a conformidade institucional.

Composição da Força de Trabalho e Gestão de Talentos

Ao final de 2025, o CFC contava com 88 empregados efetivos, 16 ocupantes de cargos em comissão, 18 estagiários, 3 aprendizes e 114 terceirizados, que atuam em áreas de apoio como segurança, limpeza, logística, administração e tecnologia da informação.

A composição da força de trabalho reflete equilíbrio entre experiência e renovação, com um percentual expressivo de empregados com mais de dez anos de vínculo com a instituição — evidência do compromisso do CFC com a retenção de talentos e o reconhecimento de trajetórias profissionais.

Colaboradores	2024	2025
Empregados efetivos	89	88
Cargos em comissão (empregado de livre nomeação/exoneração)	19	16
Aprendizes (empregado)	5	3
Estagiários	30	18
Subtotal	143	125
Terceirizados	103	114
Total	246	239

Tempo de Serviço



Equidade, Diversidade e Inclusão (ODS 5)

O CFC manteve seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 5 – Igualdade de Gênero.

Em 2025, observou-se equilíbrio entre mulheres e homens no quadro efetivo, com aumento gradual da participação feminina em cargos de liderança, resultado das políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade e à ampliação de oportunidades.



Nível de Escolaridade



A qualificação da equipe é um elemento central da gestão de pessoas no CFC, o que reflete diretamente na excelência dos serviços prestados à sociedade e à classe contábil. Em 2025, 39% dos colaboradores já haviam concluído o ensino superior, 40% possuíam títulos de pós-graduação. Esses indicadores evidenciam o compromisso permanente da instituição em fomentar o desenvolvimento acadêmico e profissional de sua equipe, o que fortalece a capacidade de inovação, eficiência e qualidade na atuação do Conselho.

Contratações

Para atender às necessidades operacionais e estratégicas, o CFC manteve o provimento de cargos comissionados, respeitando os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Salários e nas diretrizes de gestão organizacional.

No decorrer de 2025, foi contratada empresa especializada em consultoria de gestão estratégica. O objetivo foi apoiar o processo de modernização dos instrumentos normativos e estruturantes que orientam a área de gestão de pessoas. A iniciativa está alinhada ao Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs e visa fortalecer a integração institucional, aprimorar a eficiência administrativa e promover a equidade interna.

O estudo técnico resultante subsidiará futuras decisões sobre o provimento de cargos efetivos e a viabilidade de realização de concurso público.

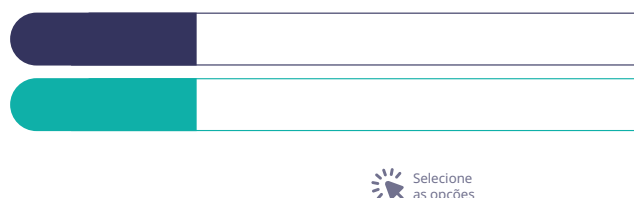
Evolução dos gastos com pessoal

Nos últimos três anos, o CFC manteve o índice de despesa com pessoal e encargos abaixo do limite de 50% da receita líquida total, em conformidade com a meta institucional e com as boas práticas de gestão fiscal.

Em 2025, o indicador permaneceu dentro do parâmetro previsto, mesmo diante da recomposição salarial, da execução de programas de capacitação e da ampliação das ações voltadas à valorização e ao bem-estar do corpo funcional. Esse resultado evidencia o equilíbrio entre responsabilidade orçamentária e compromisso com o desenvolvimento humano.

A despesa com pessoal é composta de salários e gratificações, encargos sociais, férias e 13º salário. Além disso, há os benefícios assistenciais e previdenciários, que abrangem plano de saúde e odontológico, auxílio alimentação/refeição,

vale-transporte, auxílio-creche e apoio à educação (pós-graduação e idiomas). Também integram essa composição os valores destinados a estagiários e aprendizes.



Esse desempenho reflete a condução responsável dos recursos públicos e o compromisso permanente do CFC em manter uma política de pessoal equilibrada, sustentável e orientada à valorização das pessoas.

Em 2025, o CFC investiu R\$ 3.331.257,37 em despesas com pessoal na área de Fiscalização.

Capacitação, Desenvolvimento e Liderança

O CFC manteve, ao longo de 2025, investimentos contínuos em capacitação e desenvolvimento, por meio da execução do Plano Anual de Treinamentos (PAT), do Plano de Desenvolvimento de Líderes (PDL) e do Plano de Treinamento e Desenvolvimento em Proteção de Dados (PTDPD).

As capacitações abrangeram cinco eixos principais — Institucional, Transversal, Liderança, Técnico e Comportamental. As atividades contemplaram temas como Governança, Gestão de Pessoas, Segurança da Informação, Riscos e Compliance, Educação Financeira, Produtividade, Qualidade de Vida, Liderança e Licitações.

Empresas especializadas em desenvolvimento humano e comportamento organizacional foram contratadas para a implementação de programas voltados ao aprimoramento da comunicação institucional, ao exercício da liderança inspiradora e ao fortalecimento das competências interpessoais e gerenciais.

De forma complementar, o CFC deu continuidade ao movimento *Mente em Foco*, uma iniciada da ONU para o Pacto Global, com a contratação de empresa especializada em saúde mental e gestão de riscos psicossociais. A execução dos serviços abrangeu o mapeamento sistemático de riscos psicossociais, a realização de palestras temáticas e rodas de conversa com líderes e colaboradores, incluindo ações direcionadas a mulheres e homens, além de avaliação e atendimento psicológico individual, orientação à equipe de recursos humanos e atendimentos de suporte emocional.

Esse conjunto de iniciativas contribuiu para o fortalecimento da cultura institucional de cuidado, a redução de fatores associados ao adoecimento e a promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho, em consonância com as diretrizes de gestão de pessoas e de bem-estar organizacional.

 **Segurança da Informação:** 100% dos empregados participaram de treinamentos em ferramentas e soluções de segurança da informação, o que fortalece a proteção de dados e a resiliência tecnológica da instituição.

 **Ferramentas de Tecnologia da Informação:** 100% dos empregados receberam capacitação em ferramentas de TI, o que amplia habilidades técnicas e promove maior eficiência operacional.

 **Capacitações Diversas:** 94% dos empregados participaram de treinamentos que englobam tanto competências técnicas quanto habilidades comportamentais, o que reforça o desenvolvimento integral da equipe e a capacidade de atuação alinhada às demandas da sociedade e da classe contábil.

Cultura Organizacional e Bem-Estar no Trabalho

A valorização das pessoas esteve no centro das iniciativas institucionais em 2025. O CFC promoveu ações que reforçam a integração, o equilíbrio emocional e a convivência saudável no ambiente de trabalho, entre as quais se destacam:

Projeto / Ação	Descrição Resumida	Impacto
CFC Integra	Proporciona a visita dos filhos dos empregados ao Conselho, o que fortalece os laços familiares e o sentimento de pertencimento.	Integração familiar e valorização institucional.
Projeto Acolher	Programa de integração de novos empregados e estagiários, o que favorece ambientação, engajamento e conhecimento institucional.	Retenção, engajamento inicial e o fortalecimento do vínculo organizacional desde o ingresso.
Flexibilidade e Inclusão	Proporciona condições adequadas a empregados com deficiência ou responsável por dependentes com PcDs.	Inclusão, acessibilidade e equidade.
Flexibilização do horário de trabalho	Possibilita ajustes de jornada mediante avaliação funcional, o que contribui para o equilíbrio entre vida pessoal e profissional.	Melhoria da qualidade de vida e no desempenho institucional.
Ginástica laboral e massagem expressa	Atividades periódicas que estimulam o relaxamento muscular e reduzem tensões do dia a dia.	Bem-estar físico, prevenção de doenças ocupacionais e melhoria do clima organizacional.
Bazar Natalino	Ação institucional que oportuniza aos empregados comercializarem produtos usados e autorais, o que incentiva a moda circular, o consumo consciente e a integração entre colegas.	Sustentabilidade, reaproveitamento de materiais e fortalecimento da convivência.
Campanhas de arrecadação	Mobilizações solidárias para arrecadação de alimentos, roupas e brinquedos, destinadas a instituições beneficentes e comunidades em vulnerabilidade.	Responsabilidade social, empatia e engajamento coletivo.

Essas iniciativas traduzem o compromisso do CFC com a promoção de um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e colaborativo, que valoriza o bem-estar integral, o respeito às diferenças e o senso de pertencimento institucional.

Engajamento e Satisfação dos Colaboradores

A pesquisa de satisfação aplicada em 2025 contou com a participação de 81 empregados, o que corresponde a 76% do total. A consulta teve como objetivo avaliar aspectos relacionados à infraestrutura, ao ambiente organizacional, à comunicação interna e às ações de bem-estar.

O resultado alcançado foi de 79%, superando a meta institucional de 70%. Esse desempenho evidencia o alto nível de engajamento e de satisfação dos colaboradores e reflete o reconhecimento às iniciativas implementadas pela gestão de pessoas. O resultado satisfatório é de grande importância para o CFC, pois demonstra a efetividade das ações voltadas à valorização do corpo funcional e reforça o compromisso da instituição em promover um ambiente de trabalho saudável, colaborativo e alinhado aos seus valores organizacionais.

INDICADOR | Grau de satisfação



Selecione as opções



Desafios e Perspectivas Futuras

O CFC segue comprometido em aprimorar continuamente a gestão de pessoas e reconhece que o desenvolvimento institucional depende diretamente do engajamento e da valorização do corpo funcional.



Perspectivas para o próximo ciclo:

- Conclusão da modernização do Plano de Cargos e Salários.
- Implementação de um sistema integrado de gestão de pessoas.
- Realização do concurso público, conforme estudos técnicos.
- Fortalecimento das ações de saúde mental e qualidade de vida.
- Ampliação dos programas de capacitação e desenvolvimento de lideranças.

Essas iniciativas reafirmam o propósito do CFC de atuar como instituição moderna, ética e comprometida com a valorização das pessoas, promovendo uma cultura de aprendizado contínuo e de excelência na prestação de serviços à sociedade.

Gestão de Licitações e Contratos

A gestão de licitações e contratos do CFC pauta-se pela observância rigorosa aos princípios da legalidade, eficiência, transparência e economicidade. Em 2025, a autarquia intensificou as ações voltadas à modernização de seus processos de compras e contratações. Adicionalmente, consolidou práticas sustentáveis, inovadoras e alinhadas à Lei nº 14.133, de 2021 — novo marco legal das licitações e contratos administrativos.

Com foco na governança pública e na entrega de resultados à sociedade, o CFC tem fortalecido a sua estrutura de planejamento, controle e execução contratual. Dessa forma, contribui para que haja aquisições mais estratégicas, sustentáveis e integradas ao Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs. Esse esforço contínuo reflete o compromisso da entidade em aprimorar a gestão pública, ampliar a transparência e colaborar para que cada contratação contribua de forma efetiva para a missão institucional do Conselho.

Conformidade legal

O CFC reafirma o seu compromisso com a conformidade normativa e a boa governança, com foco em garantir que todas as etapas das contratações observem integralmente os dispositivos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais regulamentos aplicáveis. A adoção de práticas rigorosas de controle e de integridade administrativa colabora para a execução eficiente das contratações. Tal postura contribui para preservar o interesse público e reforçar a credibilidade institucional.

Plano de Contratação Anual

O Plano de Contratação Anual (PCA), aprovado pela Portaria PRES CFC nº 221, 2024, constitui o principal instrumento de planejamento das aquisições e das contratações do Conselho. Desenvolvido de forma participativa pelas unidades organizacionais, o PCA consolida as demandas por bens, serviços e obras e se alinha ao orçamento e aos objetivos estratégicos da entidade.

Para garantir a efetividade do PCA, realizam-se reuniões mensais com os gestores das unidades demandantes, nas quais são analisados o andamento das contratações, ajustes de cronograma e estratégias para assegurar o cumprimento das metas estabelecidas. Conforme previsto no art. 19 do Decreto nº 10.947, de 2022, o CFC elabora relatório de gestão de riscos que identifica, avalia e mitiga riscos que possam comprometer a execução das contratações planejadas.

O PCA 2025 foi estruturado com base em critérios técnicos e recomendações de órgãos de controle. O Plano priorizou a eficiência na aplicação dos recursos públicos e a previsibilidade das contratações. O documento está disponível para consulta pública no portal institucional do CFC, o que reforça o compromisso com a transparência e a responsabilidade na gestão.



Transparência, publicidade e celeridade

Os processos licitatórios do CFC são conduzidos de forma integralmente eletrônica, por meio da plataforma compras.gov.br, o que garante ampla publicidade, competitividade e igualdade de acesso aos interessados. Essa prática reforça o compromisso da instituição com a eficiência, a transparência e a agilidade. Isso resulta em processos mais céleres e vantajosos para a administração.

Além disso, a íntegra de todos os processos está disponível no [Portal da Transparência do CFC](#), o que permite acompanhamento detalhado das etapas e das decisões. A iniciativa fortalece a governança aberta e consolida o CFC como referência em transparência pública, servindo de modelo para outras entidades.

Comparação das contratações 2023/2025:



Em 2025, as contratações diretas, por dispensa ou inexigibilidade, mantiveram-se como modalidades predominantes e representam, aproximadamente, 79% dos processos formalizados. Essa característica reflete o perfil das demandas da autarquia, voltadas principalmente à execução de atividades de capacitação, eventos institucionais e ações de desenvolvimento humano e técnico. Essas ações são essenciais para o fortalecimento das competências internas e para o cumprimento da missão institucional.



Mais do que uma opção operacional, essa predominância traduz a estratégia de investimento em conhecimento adotada pelo CFC. O objetivo é o aprimoramento contínuo da gestão e a entrega de resultados qualificados à sociedade e à classe contábil.

As contratações diretas em 2025 observaram, rigorosamente, os dispositivos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133, de 2021:



Dispensa de Licitação – INCISO I: 19 contratações em razão do valor, com destaque para fornecimento parcelado de material bibliográfico para a Biblioteca do CFC, no período de 12 (doze) meses, no valor de R\$ 50.000,00.

Dispensa de Licitação – DEMAIS INCISOS: 2 contratações, com destaque para contratação Sistema digital multiusuário para disponibilização e gerenciamento de coleções de Normas Técnicas Brasileiras (ABNT-NBR), no valor de R\$ 2.952,15.

Inexigibilidade: 49 contratações, com destaque para treinamento presencial no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Líderes do CFC, com duração de 18 meses, voltado ao aperfeiçoamento de competências comportamentais e gerenciais de empregados com e sem função de liderança, em consonância com o Plano Anual de Treinamento, no valor de R\$ 1.343.500,00

Todos os processos observam, rigorosamente, os princípios da motivação, economicidade e publicidade, com formalização processual e análise jurídica prévia. Tal postura garante transparência, eficiência e aderência às normas.

Pregões Eletrônicos

Em 2025, os principais investimentos por meio de pregões eletrônicos concentraram-se em **Tecnologia da Informação (TI)** fundamentais para consolidar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação em atendimento às necessidades tecnológicas e de informação. Isso amplia a eficiência, a segurança e o suporte às atividades estratégicas do Conselho.

R\$ 950.000
Objeto: Sistema eleitoral

R\$ 820.000
Objeto: Licenças Microsoft

Controle e Prevenção de Falhas e Irregularidades

A integridade dos processos é assegurada por um modelo de governança que articula o Departamento de Licitações e Contratos, o Controle Interno e a Procuradoria Jurídica, constituindo uma estrutura de verificação em múltiplas instâncias. A adoção de checklists, fluxogramas e planilhas de acompanhamento fortalece a padronização dos procedimentos, a rastreabilidade das informações e a conformidade normativa.

Esse arranjo institucional contribui para a mitigação de riscos, o aperfeiçoamento dos controles internos e a consolidação de uma cultura organizacional orientada pela ética, pelo controle e pela transparência.

Contratações mais Relevantes

Destacam-se as contratações estratégicas voltadas para áreas essenciais do CFC, como Fiscalização, Registro Profissional, Desenvolvimento Profissional e suporte às atividades-fim, com detalhamento de objetivos, justificativas e valores:

Gestão de Fiscalização	
Gestão de Registro Profissional	
Gestão de Desenvolvimento Profissional	
Suporte e Apoio a Atividades-Fim	

Selecione as opções



Principais Desafios e Ações Futuras

- 1 Adequar, continuamente, a estrutura administrativa às atualizações legais e normativas.
- 2 Investir em soluções tecnológicas que automatizem e otimizem os processos licitatórios, ampliando a segurança e a transparência.
- 3 Reforçar a identificação e a mitigação de riscos nas contratações, especialmente naquelas que envolvem soluções de TI.
- 4 Assegurar a capacitação permanente das equipes envolvidas na gestão de licitações e contratos.
- 5 Fortalecer o *compliance* e a cultura organizacional voltada à integridade, à ética e à prevenção de fraudes.

Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

Conformidade Legal

Em 2025, o CFC consolidou suas práticas de conformidade patrimonial por meio da Resolução CFC nº 1.730, de 2024, que aprovou o *Manual de Gestão Patrimonial*. Este instrumento formaliza procedimentos internos relacionados à administração de bens, promovendo padronização, maior controle e alinhamento às normas contábeis aplicáveis, incluindo a Instrução Normativa SEDAP nº 205 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Com foco em transparência, eficiência e segurança na gestão de ativos, o CFC mantém, anualmente, a Comissão de Inventário Patrimonial, responsável pela catalogação detalhada de bens móveis, imóveis e materiais de consumo, garantindo a correta identificação, registro e controle de todos os ativos. Paralelamente, a Auditoria Interna conduz revisões periódicas ao longo do ano, avaliando a eficácia dos controles implementados e promovendo aprimoramentos contínuos na gestão patrimonial, reforçando a confiabilidade das informações e a proteção do patrimônio institucional.

Principais Investimentos de Capital (infraestrutura e equipamentos)

Em 2025, o Conselho avançou em investimentos estratégicos em infraestrutura e tecnologia. Entre as ações de maior relevância, destacam-se:



Ampliação da sede: contratação de empresa especializada para elaboração do projeto arquitetônico do Edifício Anexo ao CFC, com previsão de início das obras em 2026. O objetivo é ampliar os espaços para aprimorar a capacidade de treinamentos, reuniões regimentais e atendimento institucional.

Equipamentos tecnológicos e mobiliário: R\$ 1.060.618,13 destinados à aquisição de computadores, *notebooks*, cadeiras e outros itens de mobiliário, fortalecendo a infraestrutura necessária para o adequado desenvolvimento das atividades institucionais e garantindo maior eficiência operacional e conforto aos colaboradores.

Esses investimentos refletem a estratégia do CFC de integrar eficiência operacional, sustentabilidade e modernização tecnológica, o que fortalece a capacidade da autarquia de cumprir a sua missão.

Principais Custos com Serviços Prediais

A manutenção da infraestrutura física e de serviços essenciais foi conduzida de forma planejada e eficiente:

Vigilância e brigada	R\$ 1.635.899,52
Limpeza, telefonia, recepção, copa e jardinagem	R\$ 646.940,33
Outros gastos prediais (Energia e Água)	R\$ 754.555,99
Total	R\$ 3.037.395,84

Veículos, Equipamentos e Locação de Imóvel

A gestão logística e operacional em 2025 contou com investimentos estratégicos, os quais proporcionaram mobilidade e suporte administrativo:



Locação de veículos: R\$ 74.422,08. Assegurou a mobilidade necessária às atividades institucionais.

Manutenção da frota própria: R\$ 4.517,65. Garantiu disponibilidade, segurança e otimização de custos.

Outsourcing de impressão: R\$ 55.889,42. Abrangeu cópias e microfilmagem de documentos, promovendo economia operacional e maior eficiência na gestão documental.

Locação de escritório representativo em Aracaju/SE: R\$ 43.510,55. Reduziu deslocamentos do presidente da entidade para Brasília/DF. Dessa forma, aumentou a agilidade e a eficiência administrativa e gerou economia significativa em viagens.

Desfazimento de Ativos

Em 2025, não houve desfazimento de ativos, mantendo-se o patrimônio existente de forma controlada e segura.

Principais Desafios e Ações Futuras

Para 2026 e anos seguintes, o CFC projeta ações estratégicas para fortalecer, ainda mais, a gestão patrimonial e de infraestrutura:



- 1 Realização do leilão da frota de veículos, com vistas a otimizar recursos e atualizar a frota disponível.
- 2 Início das obras de construção do prédio anexo à sede, o que ampliará as instalações institucionais e fortalecerá a capacidade de atendimento e de execução de atividades estratégicas.

Essas iniciativas reforçam o compromisso do CFC com a eficiência, transparência e sustentabilidade patrimonial, ao alinhar recursos, processos e infraestrutura às necessidades institucionais e ao atendimento da sociedade e da classe contábil.

Gestão de Tecnologia da Informação

Papel estratégico da TI na organização

A Coordenadoria de TI (CGTI) do CFC é um pilar estratégico que impulsiona a transformação digital e a eficiência da instituição. A área vai além do fornecimento de infraestrutura ao alinhar recursos tecnológicos aos objetivos de negócio e apoiar a tomada de decisão baseada em dados. Por meio da segurança da informação e da integração de soluções, a CGTI moderniza serviços, colabora com a sustentabilidade operacional e se consolida como essencial para a criação de valor e a continuidade dos resultados organizacionais.

Plano Diretor de TI

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é fundamental para o CFC, pois estabelece o roteiro estratégico para a área de TI. O documento contribui para que todos os investimentos e ações tecnológicas estejam alinhados com os objetivos de negócio e as prioridades institucionais do CFC. Além de promover uma gestão de processos mais segura e em conformidade com as normas legais, o PDTI colabora para a melhoria contínua da qualidade dos serviços. Isso fortalece a governança e a sustentabilidade tecnológica da organização.

Modelo de Governança de TI

O modelo de governança de TI do CFC está estruturado sobre três pilares principais: modernização dos serviços, segurança da informação e governança de TI. A estrutura é orientada por instrumentos formais, como o PDTI e o Modelo de Governança de TI, aprovado pela [Resolução CFC nº 1.584, de 2020](#).

O modelo proporciona uma governança mais sólida, capaz de otimizar a aplicação dos recursos tecnológicos, melhorar a transparência nos processos e mitigar riscos relacionados à gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Adicionalmente, ao buscar o alinhamento estratégico da tecnologia com as demandas da instituição, o modelo contribui para que as soluções tecnológicas adotadas promovam mais eficiência na prestação de serviços à classe contábil. Isso reforça o compromisso da entidade com a modernização e a transformação digital, que são essenciais para atender às necessidades da profissão.

Ações voltadas à Segurança da Informação

Em 2025, o CFC intensificou as iniciativas voltadas à proteção dos dados institucionais e à segurança da informação. Assim, reafirmou o compromisso com a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações sob sua custódia.

As principais medidas adotadas estão apresentadas no quadro *Ações Voltadas à Segurança da Informação*:

Eixo de Ação	Medida Implementada	Resultados Esperados
Governança e Conformidade	Atualização das políticas internas de segurança da informação, em conformidade com a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD) e com as boas práticas de governança digital.	Fortalecimento da governança de dados e adequação contínua às normas legais e regulatórias.
Proteção Cibernética	Adoção de soluções avançadas de monitoramento e controle de acesso.	Ampliação da proteção contra incidentes cibernéticos e mitigação de vulnerabilidades.
Continuidade Operacional	Aperfeiçoamento dos mecanismos de <i>backup</i> e recuperação de desastres.	Maior resiliência operacional e redução de riscos de indisponibilidade de sistemas.
Cultura e Conscientização	Promoção de capacitações voltadas à conscientização dos empregados sobre boas práticas de segurança digital.	Segurança da informação e uso responsável dos recursos tecnológicos.

Essas ações consolidam uma cultura organizacional de segurança e de responsabilidade digital, o que proporciona mais confiabilidade às informações que sustentam as decisões estratégicas e operacionais do CFC.



Investimentos de recursos aplicados em TI

Os investimentos realizados em Tecnologia da Informação, ao longo de 2025, foram direcionados à modernização de sistemas e de infraestrutura. Recursos também foram destinados à reestruturação da área de TI, com foco no fortalecimento de sua capacidade de planejamento, governança e atendimento às demandas institucionais.

Nesse contexto, o CFC tem promovido visitas técnicas aos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). O propósito é estreitar o relacionamento, compreender as necessidades locais e identificar oportunidades de apoio à transformação digital no âmbito do Sistema CFC/CRCs. Essas ações também têm permitido mapear boas práticas tecnológicas desenvolvidas pelos CRCs, que poderão ser replicadas com o apoio técnico e estratégico do Conselho Federal.

As iniciativas em curso buscam elevar o nível de maturidade digital, promover a padronização de soluções tecnológicas, aprimorar a segurança da informação e consolidar uma governança de TI integrada, colaborativa e orientada a resultados. Dessa forma, as ações contribuem para a eficiência, a inovação e a entrega de valor à classe contábil e à sociedade.



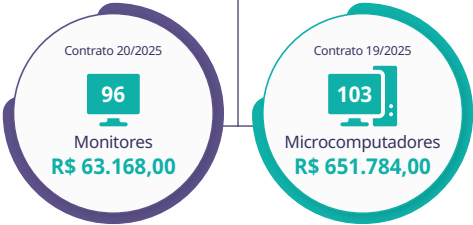
Contratações de TI mais relevantes

O processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) abrange, de forma estruturada, todo o ciclo de vida das contratações no âmbito governamental. Inicia-se com o registro formal da demanda, segue pelas etapas de planejamento da contratação e procedimentos licitatórios, e compreende a formalização, a execução, o acompanhamento e a finalização contratual.

As contratações de TI mais relevantes vigentes em 2025 — assim consideradas aquelas diretamente vinculadas à prestação dos serviços contábeis e ao adequado funcionamento institucional — encontram-se relacionadas a seguir.

Tecnologia da informação	2025	2024	2023
Serviços de tecnologia da informação	R\$ 14.724.047	R\$ 11.547.549	R\$ 4.394.636
Serviços de internet	R\$ 30.954	R\$ 14.813	R\$ 29.434
Serviço de seleção, treinamento e orientação profissional	-	-	R\$ 12.000
Modernização do parque de informática (hardware e software)			
Equipamentos de processamento de dados	R\$ 714.952	R\$ 273.599	R\$ 397.349
Materiais de informática	R\$ 23.002	R\$ 8.592	R\$ 48.211
Serviços de tecnologia da informação	R\$ 765.735	R\$ 120.989	R\$ 66.180
Softwares	-	R\$ 531.222	R\$ 1.013.307
Modernização da tecnologia da informação no âmbito do Sistema CFC/CRCs			
Funcionários – Diárias	R\$ 19.125	R\$ 13.200	-
Conselheiros – Diárias	R\$ 1.575	R\$ 3.595	-
Colaboradores – Diárias	R\$ 14.250	R\$ 40.005	R\$ 6.300
Funcionários – Passagens	R\$ 33.655	R\$ 15.902	-
Conselheiros – Passagens	R\$ 2.425	R\$ 9.128	-
Colaboradores – Passagens	R\$ 26.619	R\$ 112.889	R\$ 6.766
Auxílio Deslocamento	R\$ 3.342	R\$ 3.027	-
TOTAL	R\$ 16.359.681	R\$ 12.694.510	R\$ 5.974.185

Objetivo: Renovação do parque de informática para estações de trabalho.



Principais iniciativas

No decorrer do ano, a CGTI realizou projetos de caráter nacional e local, com a implantação e o desenvolvimento de softwares. Destacam-se os elencados a seguir:



Modernização do Aplicativo CRC Digital: o aplicativo integra o portfólio de soluções tecnológicas estratégicas do Sistema CFC/CRCs, consolidando a oferta de serviços digitais de forma centralizada e segura.

Nova Solução para o Voluntariado da Classe Contábil: para apoiar a gestão dos trabalhos desenvolvidos por membros do programa CFC Voluntário, a autarquia desenvolveu uma nova plataforma digital. Com a ferramenta, os usuários poderão organizar, acompanhar, mensurar as atividades realizadas, promover a responsabilidade social, além de incentivar a participação cidadã dos envolvidos.

Painel Destinômetro: Plataforma que mostra, em tempo real, as doações realizadas por pessoas físicas aos Fundos da Criança e do Adolescente (FDCA) e aos Fundos da Pessoa Idosa (FPI). A finalidade é incentivar a destinação de parte do Imposto de Renda da Pessoa Física a esses fundos. A solução funciona como uma ferramenta de transparência e de engajamento, pois mostra a evolução da arrecadação por ano e os valores por estado e por fundo. A iniciativa apresenta a distribuição das doações por região e para cada tipo de fundo, o número de contribuintes que fizeram a destinação e a evolução de arrecadação, de forma a evidenciar como esta tem crescido ao longo dos anos.



Iniciativas internas

A CGTI deu um passo importante com a implementação do **Escritório de Projetos de TI (PMO-CGTI)**. O objetivo é centralizar a gestão das iniciativas de tecnologia, padronizar processos e otimizar recursos, sempre em sintonia com as prioridades estratégicas do Sistema CFC/CRCs. Com o PMO-CGTI, torna-se possível acompanhar, de maneira integrada, cronogramas, custos e resultados. Isso proporciona mais transparência, eficiência e embasamento nas tomadas de decisão. Essa estrutura também promove melhor controle das demandas e fortalece a capacidade da área de TI em entregar soluções de alto impacto para o Conselho.

Outro avanço da CGTI é o início do **mapeamento dos processos de TI**, que engloba tanto os serviços da área quanto os sistemas críticos do CFC. Essa iniciativa permitirá identificar oportunidades de melhoria, aprimorar fluxos de trabalho e subsidiar decisões estratégicas com dados mais consistentes. Além disso, o mapeamento contribui para a implementação de soluções mais eficientes, sempre voltadas à melhoria contínua e à sustentabilidade dos serviços de tecnologia.

Principais desafios e ações futuras

À medida que a entidade avança em sua jornada de transformação digital e no aprimoramento de serviços, diversos desafios e iniciativas estratégicas têm sido priorizados para fortalecer, ainda mais, a atuação do Sistema CFC/CRCs. Entre os principais desafios e ações futuras, destacam-se:



- Fortalecer o monitoramento de indicadores de desempenho e maturidade digital.
- Apoiar os CRCs na adoção de soluções tecnológicas padronizadas.
- Investir em soluções de monitoramento e resposta a incidentes, prevenindo ameaças cibernéticas.
- Atualizar ambientes de rede, servidores e sistemas legados, priorizando escalabilidade, desempenho e sustentabilidade.
- Avançar na migração para ambientes em nuvem e no uso de tecnologias mais eficientes.
- Estimular a troca de experiências e boas práticas entre os Regionais.
- Ampliar as funcionalidades do CRC Digital, integrando novos serviços e recursos de autenticação digital.
- Apoiar iniciativas regionais de transformação digital e inovação tecnológica.

Sustentabilidade

O CFC adota práticas estruturadas que promovem a preservação ambiental, a responsabilidade social, a governança e o desenvolvimento sustentável. Essa postura orienta a atuação da entidade há diversas gestões, consolidando-se com a publicação do primeiro Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) em 2019. A conduta sustentável foi intensificada após a adesão do Conselho ao Pacto Global da ONU, em 2022, incorporando seus princípios nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, bem como o cumprimento da agenda global de sustentabilidade. Tais compromissos refletem-se em decisões estratégicas que alinham a gestão institucional aos princípios da Agenda ESG (ambiental, social e governança) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, promovendo maior eficiência, transparência e responsabilidade em todas as ações do Conselho.



O compromisso institucional vai além da conscientização: o CFC busca integrar práticas sustentáveis ao cotidiano administrativo e operacional, promovendo a formação de multiplicadores de boas práticas entre os colaboradores, com impacto local, regional e global, especialmente diante dos desafios ambientais, como as mudanças climáticas.

Em 2025, a entidade foi orientada pelo Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) 2024/2025, consolidando diretrizes e metas que reforçam a sustentabilidade em todos os processos, projetos e eventos institucionais.



Plano Diretor de Logística Sustentável

As ações estratégicas de sustentabilidade são conduzidas por meio do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS/CFC) 2024/2025. O plano integra diretrizes da Resolução CFC nº 1.543, de 2018, da Política de Sustentabilidade (Portaria PRES CFC nº 118, de 2023) e orientações da Portaria Seges/MGI nº 5.376, de 2023, e detalha recursos, responsabilidades e riscos.

Plano de Ações e Metas por Eixo Temático

O PLS/CFC define ações estratégicas agrupadas por eixos temáticos, com metas específicas e indicadores de desempenho. Cada unidade organizacional é responsável pela execução das atividades, sob supervisão da Comissão Permanente de Sustentabilidade (CPS). O monitoramento segue o Ciclo PDCA, o que permite ajustes contínuos para o cumprimento das metas e aprimoramento das práticas sustentáveis. No Plano em vigor, as iniciativas voltadas para a sustentabilidade estão distribuídas em sete eixos temáticos: promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços; racionalização da ocupação dos espaços físicos; identificação dos objetos de menor impacto ambiental; fomento à inovação no mercado; inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas; divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável; e qualidade de vida e voluntariado.

A avaliação do biênio é realizada comparando resultados alcançados com as metas estabelecidas, e os resultados são publicados no Relatório de Análise de Desempenho do PLS.

Resultados e Perspectivas



Redução do Consumo de Recursos Naturais

- Reformas prediais para otimização de água e energia.
- Distribuição de canecas reutilizáveis para redução de descartáveis.
- Redução do consumo de materiais de copa, cozinha e escritório.
- Monitoramento e gestão de impressões para minimizar o uso de papel e de tinta.
- Digitalização de processos via Sistema Eletrônico de Informações (SEI).
- Substituição parcial de lâmpadas fluorescentes por LED e aquisição de equipamentos energeticamente eficientes.
- Redução do consumo de água e de energia elétrica.
- Contratação de empresa para desenvolver projeto de edifício sustentável anexo à sede, alinhado às melhores práticas de eficiência energética e sustentabilidade.

Integração com ODS

O PLS/CFC teve como um de seus principais norteadores os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, uma vez que a entidade é signatária do Pacto Global, orientando a incorporação de práticas de responsabilidade social, ambiental e de governança em suas ações institucionais, incluindo programas de inclusão, acessibilidade, eficiência operacional, redução de impactos ambientais e capacitação de colaboradores, fortalecendo a cultura organizacional voltada à sustentabilidade e alinhando a gestão do Conselho às metas globais de desenvolvimento.

As iniciativas do PLS/CFC estão alinhadas com as seguintes ODS:



Resultados e Perspectivas

Sustentabilidade não é apenas uma obrigação legal, mas um compromisso estratégico e o caminho para a preservação da vida no planeta. A implementação do PLS/CFC contribui para consolidar uma gestão mais eficiente, transparente e responsável, com impacto positivo para a sociedade, a classe contábil e o meio ambiente. O Relatório de Desempenho 2024/2025 será publicado em 2026. Dessa forma, será possível a avaliação dos resultados e a identificação de oportunidades de melhoria para o próximo ciclo. O documento também representa mais uma ferramenta de transparência da entidade.

Capítulo 4

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis



Declaração da contadora do CFC

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que foram elaboradas em observância à Lei n.º 4.320, de 1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); ao Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161, de 2009; ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e à INT/VPCI/ CFC n.º 003, de 2025, da Câmara de Controle Interno do CFC, conforme orientações da Instrução Normativa TCU n.º 84, de 2020, da DN-TCU n.º 198, de 2022, além de outros normativos do Sistema CFC/CRCs.

As demonstrações apresentadas são Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa; Demonstração das Variações Patrimoniais; e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

A Câmara de Controle Interno é responsável por verificar a conformidade das demonstrações contábeis e dos atos de gestão, fundamentando-se na Resolução CFC n.º 1.616/2021 e nos Manuais de Auditoria e Contabilidade do Sistema CFC/CRCs. Este procedimento garante que os dados extraídos dos sistemas contábeis e gerenciais reflitam com integridade e fidedignidade a realidade orçamentária, financeira e patrimonial do CFC.

Avanços

Em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o CFC aplica procedimentos voltados à integridade das demonstrações. O objetivo é oferecer suporte à gestão e transparência social, mediante a observância dos critérios a seguir:

- Adoção do princípio da competência para receitas e despesas com reflexo nas Variações Patrimoniais.
- Registro da depreciação de itens do Ativo Imobilizado.
- Registro do Ativo Intangível e respectiva amortização de seus itens.
- Reconhecimento, mensuração e evidência das Variações Patrimoniais Ativas e Passivas.
- Controle orçamentário por empenho e por projeto.
- Reconhecimento de passivos contingentes e demais obrigações, a exemplo de provisões trabalhistas e cíveis.
- Controle dos contratos nas contas de compensação, designados como atos potenciais ativos e passivos.

Declaração

Diante da observância das normas contábeis e dos procedimentos de controle interno, declaro que o conjunto das demonstrações contábeis (Balanços Patrimonial, Financeiro e Orçamentário; DVP; DFC; e DMPL) apresenta, de forma fidedigna, os aspectos relevantes da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do CFC.

Angela Fozon

Desafios

Apesar do compromisso com a excelência e as melhores práticas, ainda existem desafios operacionais. Devido à ausência de parametrização completa no sistema informatizado, determinados relatórios são elaborados em planilhas eletrônicas a partir de dados extraídos do Sistema de Contabilidade, conforme detalhado abaixo:

- **Demonstração do Fluxo de Caixa:** o demonstrativo foi elaborado pelo método direto, com base em dados extraídos do balanço orçamentário e financeiro, segregando-se as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:** construída a partir de dados extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais.
- **Gestão de Custos:** atualmente é adotado sistema informatizado para controle dos custos diretos por projeto/programa, no módulo Plano de Trabalho, cujas informações são geradas a partir dos registros contábeis. Está em fase de estudo, a definição da metodologia para a alocação dos custos indiretos aos centros de custos.



Contadora **Angela Maria Fazon Pereira**

CRC PR 43954/O-4T

Período de atuação: 15/7/2019 a 31/12/2025

Balanço Patrimonial (BP)

Representa a posição patrimonial: o Conselho possui (Ativos), o que deve (Passivos) e o que sobra para a instituição (Patrimônio Líquido). O BP do CFC demonstra a solidez da estrutura do Conselho, com R\$ 123,6 milhões em Caixa e Equivalentes, R\$ 88 milhões imobilizados em investimentos e infraestrutura (sedes, tecnologia e equipamentos) e Patrimônio Líquido de R\$ 222,9 milhões.

Balanço Patrimonial (BP)				R\$			
Ativo	NE	2025	2024	Passivo	NE	2025	2024
Ativo circulante		131.215.907	136.548.811	Passivo circulante		16.860.762	17.112.751
Caixa e equivalentes de caixa	01	123.641.503	132.026.287	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	08	1.742.682	1.594.057
Créditos de curto prazo	02	1.184.129	50.590	Obrigações de curto prazo	08	9.792.121	10.085.303
Demais créditos e valores de curto prazo	03	6.222.679	4.192.437	Demais obrigações de curto prazo	08	58.675	491.823
Estoques	04	165.202	273.525	Provisões de curto prazo	09	4.295.264	3.969.549
Variações diminutivas pagas antecipadamente	05	2.395	5.973	Valores de terceiros e/ou restituíveis	09	972.020	972.020
Ativo não circulante		110.151.851	112.633.226	Passivo não circulante		1.600.393	1.326.292
Ativo realizável a longo prazo	06	22.083.810	23.755.830	Provisões de longo prazo	09	1.600.393	1.326.292
Investimentos, imobilizado e intangível	07	88.068.041	88.877.396	Total do passivo		18.461.155	18.439.043
Total do ativo		241.367.758	249.182.037	Patrimônio líquido	10	222.906.602	230.742.994
				Total do passivo + patrimônio líquido		241.367.758	249.182.037
Quadro dos ativos e dos passivos financeiros e permanentes (Lei n.º 4.320, de 1964)							
Ativo	11	241.367.758	249.182.037	Passivo	11	18.461.155	18.439.043
Ativo financeiro		127.911.771	134.609.014	Passivo financeiro		16.362.260	16.642.879
Ativo permanente		113.455.987	114.573.023	Passivo permanente		2.098.895	1.796.165
Saldo patrimonial						222.906.602	230.742.994
Quadro das contas de compensação (Lei n.º 4.320, de 1964)							
Atos potenciais ativos	12	0	0	Atos Potenciais Passivos	12	10.273.601	15.445.890

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Variações Patrimoniais Quantitativas				R\$
Variações Patrimoniais Aumentativas				
NE	2025	2024		
Contribuições	73.901.224	64.916.416		
Exploração de bens e serviços	12.281.921	11.096.455		
Financeiras	20.149.006	16.229.897		
Outras variações patrimoniais aumentativas	217.416	5.845.711		
Total	106.549.566	98.088.479		
Variações Patrimoniais Diminutivas				
	2025	2024		
Pessoal e encargos	36.652.893	34.891.767		
Benefícios assistenciais	181.210	183.573		
Uso de bens e serviços	68.926.664	63.526.955		
Financeiras	221.430	239.003		
Transferências	7.771.587	2.874.943		
Tributárias e contributivas	129.226	631.753		
Desvalorização e perda de ativos	733	4.535		
Outras variações patrimoniais diminutivas	531.928	693.999		
Total	114.415.671	103.046.527		
Resultado Patrimonial do Exercício	13	-7.866.105	-4.958.048	

Variações Patrimoniais Qualitativas				R\$
Descrição	2025	2024		
Incorporação de ativos	1.369.738	2.390.387		
Investimentos	1.369.738	2.390.387		
Desincorporação de ativos	1.691.881	1.876.137		
Amortização de empréstimos concedidos	1.691.881	1.876.137		

A DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio, indicando se houve aumento ou redução da riqueza institucional. O resultado apurado na DVP alimenta a DMPL, que por sua vez consolida a solidez apresentada no Balanço Patrimonial.

Em relação à análise desses dois demonstrativos, observa-se que, em 2025, a arrecadação alcançou R\$ 106,5 milhões, reflexo direto das ações institucionais. Por outro lado, o resultado patrimonial do exercício foi impactado pelos investimentos necessários em tecnologia e educação continuada, registrados no grupo de Uso de Bens e Serviços (R\$ 68,9 milhões), em Pessoal e Encargos (R\$ 36,6 milhões) e em Transferências aos CRCs (R\$ 7,7 milhões). Embora essas variações tenham gerado um déficit contábil no período, a operação foi suportada pelo Superávit Financeiro de exercícios anteriores.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)				R\$
Descrição	Patrimônio líquido			
	2025	2024		
Saldo inicial do exercício	230.742.994	235.261.789		
Ajustes de exercício anterior	29.714	439.253		
Resultado do exercício	-7.866.105	-4.958.048		
Saldo final do exercício	222.906.602	230.742.994		

Balanço Financeiro (BF)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários (como depósitos e consignações), conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior.

Balanço Financeiro (BF)				R\$
Ingressos	NE	2025	2024	
Receita orçamentária		106.588.682	93.757.689	
Receitas correntes		104.896.801	91.881.552	
Receitas de capital		1.691.881	1.876.137	
Recebimentos extraorçamentários	14	511.320	5.409.699	
Disponível do exercício anterior		132.026.287	136.271.902	
Total		239.126.289	235.439.289	

Dispêndios	NE	2025	2024	
Despesa orçamentária		113.060.131	101.711.378	
Despesas correntes		109.060.542	97.204.891	
Despesas de capital		3.999.589	4.506.487	
Pagamentos extraorçamentários	14	2.424.656	1.701.625	
Disponível para o exercício seguinte		123.641.503	132.026.287	
Total		239.126.289	235.439.289	

Balanço Orçamentário (BO)

Este demonstrativo confronta o planejamento (Dotação) com a realidade (Execução). Ele garante que cada real arrecadado tenha uma destinação legal e aprovada, assegurando o controle social e a transparência da gestão.

Embora o exercício apresente um déficit orçamentário de R\$ 6,4 milhões, este valor foi planejado e custeado pelo Superávit Financeiro acumulado em anos anteriores.

Resultado Orçamentário

2025	-6.471.448
2024	-7.953.689

Receitas orçamentárias				R\$
Receitas Orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receita realizada	Saldo
Receitas correntes	95.979.747	95.979.747	104.896.801	8.917.054
Contribuições	66.149.576	66.149.576	72.767.684	6.618.108
Exploração de bens e serviços	12.892.000	12.892.000	12.281.921	(610.079)
Financeiras	16.938.171	16.938.171	19.790.021	2.851.850
Outras receitas correntes	0	0	57.175	57.175
Receitas de capital	2.072.732	2.072.732	1.691.881	(380.851)
Amortização de empréstimos concedidos	2.072.732	2.072.732	1.691.881	(380.851)
Total das receitas	98.052.479	98.052.479	106.588.682	8.536.203
Total				8.536.203
Saldos de exercícios anteriores – Superávit financeiro		27.715.000		

Despesas orçamentárias								R\$
Despesas orçamentárias	NE	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo
Despesas correntes		96.436.512	22.432.066	118.868.578	109.060.542	109.060.542	103.314.009	5.746.533
Pessoal e encargos		34.836.050	2.141.782	36.977.832	36.204.574	36.204.574	34.461.892	1.742.682
Benefícios assistenciais		198.000	2.720	200.720	181.210	181.210	16.670	164.540
Uso de bens e serviços		58.863.712	15.370.757	74.234.469	66.461.321	66.461.321	62.622.011	3.839.311
Financeiras		294.500	0	294.500	221.430	221.430	221.430	-
Transferências correntes		1.090.000	4.963.000	6.053.000	5.141.737	5.141.737	5.141.737	-
Tributárias e contributivas		339.250	-146.204	193.046	129.226	129.226	129.226	-
Outras despesas correntes		815.000	100.011	915.011	721.044	721.044	721.044	-
DESPESAS DE CAPITAL		1.615.967	5.282.934	6.898.901	3.999.589	3.999.589	3.819.704	179.885
Investimentos		587.967	2.439.934	3.027.901	1.369.738	1.369.738	1.232.538	137.200
Empréstimos Concedidos		58.000	-58.000	0	0	0	0	-
Transferências de capital		970.000	2.901.000	3.871.000	2.629.850	2.629.850	2.587.165	42.685
SUBTOTAL		98.052.479	27.715.000	125.767.479	113.060.131	113.060.131	107.133.713	5.926.418
Déficit	15					-6.471.448		
Total das despesas		98.052.479	27.715.000	125.767.479	113.060.131	113.060.131		

Restos a Pagar Processados (RPP)

Os Restos a Pagar Processados representam despesas que foram devidamente empenhadas e liquidadas, ou seja, o serviço foi prestado ou o material foi entregue e conferido pelo CFC, mas cujo pagamento financeiro será efetivado no exercício seguinte.

Restos a Pagar Processados (RPP)						R\$
Restos a pagar processados	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Exercícios anteriores	Em 31/12			
Despesas correntes + capital		8.050.803	5.818.235	7.882.707	59.914	5.926.418

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A DFC detalha a movimentação financeira do Conselho sob três perspectivas: Operacional, de Investimento e de Financiamento.

Este demonstrativo é a prova de que a gestão financeira é capaz de sustentar as operações correntes e, ao mesmo tempo, preservar as reservas estratégicas que compõem os nossos R\$ 123,6 milhões disponíveis em caixa e bancos.

Caixa e equivalente de caixa em 31/12

2025	R\$ 123.641.503	2024	R\$ 132.026.287
------	-----------------	------	-----------------



Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Descrição	2025	2024
Fluxos de caixa das operações		
Ingressos	104.896.801	91.881.552
Receitas	104.896.801	91.881.552
Receita de contribuições	72.767.684	64.901.688
Exploração de bens e serviços	12.281.921	11.112.212
Receitas financeiras	19.790.021	15.708.584
Outras receitas	57.175	159.068
Desembolsos	113.740.928	95.612.917
Despesas	113.740.928	95.612.917
Pessoal, encargos e benefícios	35.954.800	34.243.312
Uso de bens e serviços	68.942.841	56.304.441
Despesas financeiras	221.430	239.003
Despesas tributárias e contributivas	129.226	631.753
Transferências (subvenções + auxílios)	7.771.587	2.081.085
Outras despesas	721.044	2.113.324
Fluxo de caixa líquido das atividades das operações	(8.844.127)	(3.731.365)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ingressos	-	-
Amortização de empréstimos concedidos	-	-
Desembolsos	1.232.538	2.390.387
Aquisição de ativo não circulante	1.232.538	2.390.387
Empréstimos concedidos	-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(1.232.538)	(2.390.387)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos	1.691.881	1.876.137
Operações de crédito	1.691.881	1.876.137
Desembolsos	-	-
Amortização/refinanciamento da dívida	-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	1.691.881	1.876.137
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa	(8.384.784)	(4.245.615)
Caixa e equivalente de caixa inicial	132.026.287	136.271.902
Caixa e equivalente de caixa final	123.641.503	132.026.287

Notas Explicativas (NE) às demonstrações contábeis em 31/12/2025

Contexto operacional

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é uma Autarquia Especial Corporativa criada pelo Decreto-Lei n.º 9.295, de 1946, localizada no Setor de Autarquias Sul (SAUS) Quadra 5, Lote 3, Bloco J, Edifício CFC, Brasília (DF). Dotado de personalidade jurídica de direito público, o CFC possui autonomia administrativa e financeira, tendo sua estrutura e organização estabelecidas no Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, Resolução CFC n.º 1.612, de 2021. A entidade tem a sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.616, de 2021, e alterações.

Na qualidade de prestador de serviço público, o CFC tem como missão normatizar, registrar e fiscalizar o exercício da profissão contábil. Atua por meio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) em suas respectivas jurisdições e possui a competência de decidir sobre recursos de penalidades e regulamentar temas essenciais, como o Exame de Suficiência, o Cadastro de Qualificação Técnica e a Educação Continuada, além de editar as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs). A autarquia é mantida pela cota parte de 20% das anuidades arrecadadas pelos CRCs.

Base da preparação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do exercício de 2025 foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320, de 1964, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); à Resolução CFC n.º 1.161, de 2009, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs; e à Instrução Normativa VPCI n.º 3, de 2025. As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2025, são: o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Financeiro (BF), o Balanço Orçamentário (BO), o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados (RPP), a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas (NE). Os demonstrativos foram extraídos do Sistema de Contabilidade SPW. As Notas Explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e nelas estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos. Além disso, têm por objetivo destacar e interpretar detalhes de informações relevantes que são complementares ou suplementares àqueles não suficientemente evidenciados nos demonstrativos contábeis.

Uso de estimativa e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho Federal de Contabilidade utilizou como embasamento as estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão apresentadas a seguir:

- a. Ativo Imobilizado: os bens classificados no imobilizado, bem como os gastos adicionais ou complementares a eles vinculados, são mensurados com base no valor de aquisição. No caso dos ativos que passaram por reavaliação ou por avaliação inicial, foram utilizados dados comparáveis de mercado vigentes à época. A primeira reavaliação dos ativos foi realizada em 2012 e a segunda em 31 de dezembro de 2014. Em ambas as ocasiões, todos os bens móveis e imóveis foram objeto de reavaliação.

Os bens patrimoniais foram avaliados, em 2014, conforme determina a Resolução CFC n.º 1.161, de 2009, reconhecendo o valor depreciável e o valor residual dos ativos imobilizados, com evidenciamento do custo atribuído (*deemed cost*), de acordo com o Processo n.º 2012/000355 e com a Instrução de Trabalho do CFC INT/ VPCI n.º 4, de 2012, alinhado ao item 11 da NBC T 16.9 – Resolução CFC n.º 1.136, de 2008. No exercício de 2025, não ocorreram reavaliações.

A determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2010, foi definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2011, a vida útil foi definida pela Câmara de Controle Interno, por meio da Instrução de Trabalho n.º 4, de 2012 elaborada com base na IN da Secretaria da Receita Federal (SRF) n.º 162, de 1998.

- b. As ações judiciais podem ser classificadas como passivo contingente, passivo exigível ou apenas como item de divulgação em nota explicativa. Dessa forma, para a constituição das provisões referentes aos processos judiciais de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso de suas atividades, a entidade considera o posicionamento da Procuradoria Jurídica. A Procuradoria Jurídica do CFC informa a estimativa de prazo de término da ação, o que possibilita o reconhecimento contábil e o registro de provisões no passivo não circulante.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras do CFC foram preparadas em Reais (BRL), moeda funcional da autarquia, com a simplificação da apresentação por meio da supressão dos centavos. Em estrita observância à Lei n.º 4.320, de 1964, o Balanço Patrimonial detalha os grupos de ativo e passivo (financeiros e permanentes) e o saldo patrimonial. A apuração do superávit financeiro decorre da diferença positiva entre os montantes de ativo financeiro e passivo financeiro, representando a disponibilidade financeira líquida da entidade, a qual pode ser utilizada como fonte para abertura de créditos adicionais no exercício seguinte.

Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.



Balço patrimonial

O Balço Patrimonial retrata a situaço patrimonial do CFC em 31 de dezembro de 2024 e 2025, evidenciando a posiço dos ativos e passivos ao final de cada exercício. Esse demonstrativo permite ao usuário da informação conhecer, de forma qualitativa e quantitativa, a composiço dos bens e direitos (ativos), das obrigaço (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo dos exercícios, representados no patrimônio líquido.

Nota Explicativa

1

Caixa e equivalentes de caixa

Os recursos mantidos em caixa e equivalentes de caixa são geridos pelo Conselho Federal de Contabilidade, em conformidade com o disposto no §3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Caixa e equivalente de caixa		R\$
Descrição – CFC	2025	2024
Bancos conta movimento	377.514	387.612
Bancos aplicação financeira	118.508.065	131.587.231
Disponível para aplicação vinculada	3.813	13.716
Total	118.889.392	131.988.559
Descrição – FIDES	2025	2024
Bancos conta movimento	0	35.955
Bancos aplicação financeira	0	1.773
Total	0	37.728
Descrição – Fundo de Inovação	2025	2024
Banco Conta Movimento – FITD	1.292.274	0
Banco Aplicação Financeira – FITD	3.459.837	0
Total	4.752.111	0
Caixa e equivalentes de caixa	123.641.503	132.026.287

Fonte: Balço Patrimonial 2025

Nota Explicativa

2

Créditos a receber de curto prazo

O valor total de créditos de curto prazo perfaz o montante de R\$ 1.184.129, sendo composto pelos saldos descritos a seguir.

O valor de R\$ 76.919,69 corresponde à cota-parte a receber dos Conselhos Regionais de Contabilidade do Acre, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins.

Os valores de cota-parte têm como competência o mês de dezembro de 2025, tendo sido registrados como direitos a receber de curto prazo e com ingresso financeiro previsto para janeiro de 2026.

Ressalta-se que os CRCs são responsáveis pela cobrança, pelo controle da dívida ativa, pelos ajustes para perdas e pela prescrição dos créditos relativos aos profissionais da contabilidade. Assim, na contabilidade do CFC não há registros de ajustes para perdas, inscrições em dívida ativa ou prescrição de créditos.

O montante de R\$ 1.107.209,02 refere-se ao Fundo de Inovação e Transformação Digital, no âmbito do Sistema CFC/CRCs, destinado a prover recursos financeiros e suporte técnico-operacional para a modernização, integração e padronização de sistemas, serviços e infraestruturas tecnológicas que integram o ecossistema digital do Sistema CFC/CRCs, cujos recursos já se encontravam disponíveis em dezembro de 2025.

Nota Explicativa

3

Demais créditos e valores de curto prazo

São valores a receber provenientes de adiantamentos concedidos a funcionários e de transações realizadas com fornecedores.

Demais créditos e valores		R\$
Descrição	2025	2024
Adiantamento a Pessoal	333.896	319.170
Depósitos restituíveis e valores vinculados	3.764.018	2.080.418
Outros créditos e valores a receber	5.419	12.903
Total	4.103.333	2.412.490

Fonte: Balço Patrimonial 2025

Adiantamento a pessoal

Adiantamentos de férias e de pensão alimentícia incidentes sobre férias, bem como à participação dos empregados no custeio de assistência médica e odontológica, cujos valores serão descontados na folha de pagamento de janeiro de 2026.

Depósitos restituíveis e valores vinculados

Correspondem aos valores retidos no momento do pagamento das notas fiscais dos prestadores de serviços e depositados em conta vinculada, com a finalidade de assegurar os recursos necessários ao cumprimento dos encargos trabalhistas dos trabalhadores terceirizados, em conformidade com a Instrução Normativa n.º 05, de 2017.

Os outros créditos, no valor de R\$ 5.418,51, correspondem a valores a receber por danos ao patrimônio, que se encontram em fase de apuração e devolução.



Nota Explicativa

4

Estoques

Os estoques do CFC compreendem os bens adquiridos para uso próprio no desenvolvimento de suas atividades operacionais e administrativas, tais como materiais de expediente, gêneros alimentícios, materiais de higiene, limpeza e conservação, materiais para distribuição, bens móveis não ativáveis, entre outros.

Os itens em almoxarifado são registrados pelo valor original de aquisição no momento da entrada. A mensuração e a avaliação das saídas de estoque são realizadas pelo método do custo médio ponderado, com base no custo histórico dos materiais. As apropriações decorrentes do consumo desses bens são reconhecidas diretamente em contas de resultado no período em que ocorrem.

Materiais de consumo		R\$
Descrição	2025	2024
Materiais de expediente	84.481	110.534
Impressos formulários e papéis	3.394	10.853
Publicações técnicas	0	8.575
Material para áudio, vídeo e foto	0	2.644
Materiais de informática	12.393	52.052
Materiais elétricos e telefonia	628	352
Material de copa e cozinha	21.394	23.116
Gêneros de alimentação	13.204	29.640
Material de higiene, limpeza e conservação	951	858
Bens móveis não ativáveis	16.350	22.482
Materiais de distribuição gratuita	12.407	12.419
Total	165.202	273.525

Fonte: Balanço Patrimonial 2025

A Portaria CFC n.º 465, de 2025, instituiu a Comissão Inventariante responsável pela realização do levantamento do almoxarifado do CFC. Os ajustes necessários à regularização foram efetuados no sistema operacional de controle de estoques, sem impactar os saldos das contas patrimoniais.

Nota Explicativa

5

Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente

Compreendem pagamentos antecipados classificados como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), cujos benefícios ou prestações de serviços serão usufruídos até o final do exercício seguinte.

VPD antecipada		R\$
Descrição	2025	2024
Seguros de bens móveis	0	2.306
Seguros de bens imóveis	2.395	2.406
Assinaturas	0	1.261
Total	2.395	5.973

Fonte: Balanço Patrimonial 2025

Nota Explicativa

6

Ativo realizável a longo prazo**Empréstimos de curto e longo prazo**

Os saldos em 31/12/2025 referem-se a empréstimos concedidos aos CRCs antes de 2019, destinados à construção, à ampliação e/ou à modernização de suas sedes, com taxa de juros anual de 6%. O prazo para quitação é estimado conforme o perfil financeiro de cada Conselho Regional.

Empréstimos concedidos		R\$
Curto Prazo		
	2025	2024
Empréstimo – Principal	1.913.351	1.813.351
Juros sobre empréstimos	1.041.789	911.239
(-) Encargos financeiros a apropriar	-1.000.333	-1.108.907
Total	1.954.806	1.615.683
Longo Prazo		
	2025	2024
Empréstimo – Principal	15.183.982	16.970.333
Juros sobre empréstimos	12.354.137	13.240.139
(-) Encargos financeiros a apropriar	-5.463.665	-6.463.998
Total	22.074.454	23.746.473

Fonte: Balanço Patrimonial 2025

Depósitos realizáveis a longo prazo

O saldo refere-se aos depósitos recursais vinculados a processos trabalhistas em que o CFC figura como reclamado. No exercício de 2025, não houve novos registros dessa natureza.

Depósitos Recursais		R\$
Descrição	2025	2024
Depósitos Recursais – Longo Prazo	9.356	9.356

Fonte: Balanço Patrimonial 2025

Nota Explicativa

7

Investimentos, imobilizado e intangível

Os bens que integram os grupos de investimentos, do imobilizado e dos intangíveis estão distribuídos da seguinte forma:

Imobilizado**Bens móveis e Imóveis**

O ativo imobilizado, inclusive os gastos adicionais ou complementares, é mensurado com base no valor de aquisição, exceto pelos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecidos contabilmente no exercício de 2014.

O levantamento dos bens que compõem o acervo do CFC foi realizado pela Comissão de Inventário, instituída pela Portaria Pres CFC n.º 466, de 2025, a qual apresentou relatório conclusivo à Administração, destacando, em documento específico, os resultados dos bens inventariados.

O inventário patrimonial realizado no exercício contribuiu para a fidedignidade das informações contábeis, assegurando a existência física e a adequada classificação dos bens.



Móveis e Imóveis

R\$

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Compras	Desincorporações	Saldo em 31/12/2025	Depreciação acumulada
Móveis e utensílios	1.252.643	305.850,35	0	1.558.493	-916.697
Máquinas e equipamentos	736.473	39.336	0	775.808	-373.576
Instalações	736.645	0	0	736.645	-422.262
Utensílios de copa e cozinha	18.914	480	0	19.394	-15.101
Veículos	254.096	0	0	254.096	-231.190
Equipamentos de processamento de dados	3.639.807	852.152	5.313	4.486.646	-2.895.300
Biblioteca	306.429	21.110	345	327.194	0
Museu e obras de arte	71.226	0	0	71.226	0
Sede	60.000.000	0	0	60.000.000	-14.666.667
Terrenos	26.450.000	0	0	26.450.000	0
Obras em andamento	2.976.212	121.500	0	3.097.712	0
Total dos Bens	96.442.444	1.340.428	5.658	97.777.215	-19.520.793

Fonte: Balanço Patrimonial 2025

Observa-se aumento no grupo de imobilizado, especialmente em equipamentos de processamento de dados, em razão de investimentos voltados à modernização da infraestrutura tecnológica do CFC. As incorporações totalizaram R\$ 1.340.428,00, concentradas majoritariamente na aquisição de monitores, microcomputadores e estações de trabalho (workstations). As desincorporações, por sua vez, referem-se principalmente à baixa de bens inservíveis ou obsoletos, não impactando de forma relevante o saldo patrimonial.

Destaca-se que os investimentos em tecnologia da informação refletem o processo de transformação digital do Sistema CFC/CRCs, com foco na melhoria dos serviços prestados e na integração de sistemas.

Depreciação

A depreciação e a amortização dos bens adquiridos e colocados em operação são calculadas pelo método das cotas constantes, conforme os critérios estabelecidos na Instrução Normativa CCI/CFC n.º 04, de 2012.

As depreciações dos bens passam a ser registradas a partir do mês subsequente à aquisição e à instalação. O Quadro 8 apresenta a vida útil estimada e o valor residual de cada grupo do ativo imobilizado:

Tabela de referência para vida útil e valor residual

Título	Vida útil (anos)	Valor residual
Sede (edifícios)/subsedes/salas/garagens	25	10%
Móveis e utensílios de escritório/máquinas e equipamentos/instalações e veículos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Sistemas de processamento de dados – softwares (amortização)	5	10%
Biblioteca	10	–

Fonte: INT VPCI 004/2012, item 2.3.7

O item “Biblioteca” não foi depreciado até o exercício de 2025, uma vez que o sistema informatizado atualmente utilizado para o controle do acervo não permite o registro da vida útil. O controle anual de perdas, baixas, transferências e doações do acervo bibliográfico é realizado de forma manual.

Intangível

O ativo intangível é composto majoritariamente por softwares em desenvolvimento, que representam investimentos em soluções tecnológicas ainda não disponibilizadas para uso. Esses ativos não estão sujeitos à amortização até sua entrada em operação.

Há inconsistência na amortização de ativos intangíveis gerada automaticamente pelo sistema de patrimônio. Os valores estão em revisão e os ajustes contábeis serão realizados no exercício de 2026, após a validação dos registros.

Intangível	R\$				
Descrição	Saldo em 31/12/2024	Aquisição	Baixas	Saldo em 31/12/2025	Amortização acumulada
Software	394.170	0	0	394.170	-315.336
Software em desenvolvimento	3.332.552	0	0	3.332.552	0
Outros softwares	1.595.933	0	0	1.595.933	-1.616.462
Software concluído	6.420.761	0	0	6.420.761	0
Total	11.743.416	0	0	11.743.416	-1.931.798

Fonte: Balanço Patrimonial 2025

Amortização

Os softwares com vida útil definida são amortizados em quotas constantes ao longo do período de validade da licença de uso. Já os softwares com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização.

Nota Explicativa

8

Passivo Circulante

O passivo circulante contempla as obrigações trabalhistas e fiscais, os encargos sociais de curto prazo, os depósitos consignáveis e os fornecedores, demonstrados por valores conhecidos ou determináveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos decorrentes de variações monetárias e cambiais até a data das demonstrações contábeis.

Ressalta-se que os saldos do passivo circulante se encontram devidamente conciliados e refletem, principalmente, provisões e obrigações apropriadas no mês de dezembro de 2025, cujos pagamentos estão previstos para janeiro de 2026, em observância ao regime de competência.

As obrigações fiscais decorrem das retenções realizadas nas contratações de fornecedores para aquisição de bens e/ou serviços. Os valores retidos são depositados pelo CFC em conta vinculada específica, em conformidade com o disposto no Anexo VII da Instrução Normativa MPDG n.º 5, de 2017. A retenção efetuada no momento do pagamento é registrada em conta do passivo e o correspondente depósito em conta corrente específica é reconhecido em rubrica do ativo.

As obrigações com pessoal e terceiros são mensuradas pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são reconhecidos em contas de resultado.

Obrigações de curto prazo

R\$

Descrição	2025	2024
Obrig. trab. e encargos sociais a pagar	1.742.682	1.594.057
Obrigações fiscais de curto prazo	4.216.013	2.815.272
Depósitos consignáveis	1.435.057	1.252.018
Fornecedores	4.141.051	6.018.012
Total	11.534.803	11.679.359

Fonte: Balanço Patrimonial 2025

Os registros do grupo “Depósitos Consignáveis” referem-se ao fluxo de entradas e saídas de recursos retidos dos empregados: INSS consignado, IRRF sobre a folha, planos de saúde e odontológico, que não pertencem ao CFC e possuem caráter devolutivo.

A avaliação é realizada pelo valor original das transações, contemplando os montantes correspondentes às retenções incidentes sobre salários, 1/3 de férias, 13º (décimo terceiro) salário, entre outras verbas.

As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhadas à Instrução Normativa VPCI n.º 3, de 2025.

Demais Obrigações de Curto Prazo

R\$

Descrição	2025	2024
Contas a pagar crédito de terceiros	58.675	491.823
Total	58.675	491.823

Fonte: Balanço Patrimonial 2025

As demais obrigações de curto prazo compreendem, principalmente, as provisões relacionadas aos auxílios aos CRCs, aprovados pelo Plenário do CFC, em dezembro de 2025. As despesas foram reconhecidas pelo regime de competência, embora os pagamentos estejam previstos para o exercício de 2026.

Nota Explicativa

9

Provisões de curto prazo

No passivo circulante também são evidenciadas as provisões para 13º salário, férias e respectivos encargos, bem como os processos judiciais com perda classificada como “praticamente certa”.

As provisões relativas a processos judiciais com perda classificada como “provável”, entre outras, são constituídas com base em estimativas confiáveis dos valores prováveis de liquidação dos passivos.

Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas, incluindo 13º salário, férias e respectivos encargos, são reconhecidas mensalmente pelo regime de competência. O cálculo é efetuado com base nos períodos aquisitivos de cada empregado, acrescido dos encargos correspondentes, conforme relatório gerado mensalmente pelo sistema de folha de pagamento.

Provisões de Férias

R\$

Títulos	2025	2024
Provisão de férias	2.916.319	2.681.639
Encargos sociais	880.443	818.038
Total	3.796.762	3.499.677

Fonte: Balanço Patrimonial 2025

Não há colaboradores com férias acumuladas e/ou vencidas. As provisões para 13º salário e seus encargos patronais foram baixadas por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido no dia 18/12/2025.

Valores de terceiros

A rubrica “Valores de Terceiros: Restituições”, no montante de R\$ 972.000,00, refere-se às provisões para reembolso de inscrições do Exame de Suficiência e do Exame de Qualificação Técnica (EQT) do exercício de 2020. Os valores ainda não foram integralmente restituídos em razão da necessidade de solicitação formal pelos candidatos e da análise individual dos pedidos, o que tem impactado o ritmo de processamento dos reembolsos. A provisão será reavaliada pela Câmara de Registro ao longo do exercício de 2026.

Provisão para riscos trabalhistas e cíveis de curto e longo prazo

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura às perdas ou às despesas cujo fato gerador já aconteceu, todavia, não ocorreu o respectivo desembolso ou perda. As provisões para riscos cíveis foram constituídas com base nos relatórios de Passivos Contingentes elaborado pela Procuradoria Jurídica (Projur) do CFC e pela empresa Granadeiro Guimarães Advogados.

O CFC possui processos em andamento avaliados como risco de possível e provável ganho e de possível e remota perda, evidenciados conforme estabelecido pela NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

De acordo com o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, uma contingência passiva é uma possível obrigação presente, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da entidade.

O CFC possui processos cíveis e trabalhistas que totalizam o montante de R\$1.069.000,00, com graus de perda classificados como “praticamente certo” e “provável”, os quais estão reconhecidos no Balanço Patrimonial, sendo três classificados como “praticamente certo” e três como “provável”.

Os processos contingentes classificados como “possível” e “remota” não são reconhecidos contabilmente; contudo, para fins informativos, são apresentados a seguir:

Provisão para riscos trabalhistas e cíveis					R\$
Descrição	2025		2024		
Processos trabalhistas	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	
Praticamente certo	0	0	4	1.045.028	
Provável	3	478.858	0	0	
Possível	0	0	6	494.276	
Remota	0	0	2	101.761	
Total	3	478.858	12	1.641.065	
Processos cíveis	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	
Praticamente certo	3	1.219.037	12	1.653.780	
Provável	1	1.000	3	1.000	
Possível	42	2.460.969	62	2.356.978	
Remota	10	2.122.884	36	2.214.077	
Total	56	5.803.890	113	6.225.836	

Fonte: Procuradoria Jurídica do CFC e Granadeiro Guimarães Advogados – 2025

Observa-se redução no volume total de processos trabalhistas em relação ao exercício anterior, bem como alteração no perfil de risco, com migração de processos anteriormente classificados como “praticamente certo” para outras classificações ou sua baixa ao longo do período.

Os valores classificados como perda possível no âmbito cível, representam potenciais riscos à entidade, embora não atendam aos critérios para reconhecimento contábil no presente momento.

De modo geral, as provisões constituídas refletem adequadamente a exposição do CFC a riscos judiciais conhecidos, não havendo, até o momento, evidências de impactos relevantes que comprometam o equilíbrio financeiro da entidade.

Nota Explicativa

10

Patrimônio líquido

O patrimônio é composto de recursos próprios, sofrendo variações em função dos superávits ou déficits apurados anualmente. A tabela a seguir evidencia os Patrimônios Líquidos do CFC e do Fides, bem como os respectivos resultados patrimoniais apurados no exercício de 2025.

CFC			R\$
Títulos	2025	2024	
Ajuste de exercícios anteriores	29.714	432.742	
Resultado patrimonial do exercício	-7.866.105	-1.926.717	
Resultados acumulados de exercícios anteriores	230.742.994	232.236.969	
Patrimônio líquido do CFC	222.906.602	230.746.545	

Fonte: Balanço Patrimonial 2025

Os registros na rubrica de Ajustes de Exercícios Anteriores são os reconhecimentos de omissões e/ou erros de registros ocorridos em anos anteriores.

Em 2025, o CFC apresentou déficit orçamentário de R\$7.870.000,00, decorrente do crescimento das despesas em ritmo superior ao das receitas. Esse resultado não decorre de frustração de arrecadação, mas de decisões estratégicas planejadas, voltadas ao fortalecimento estrutural, tecnológico e institucional do Sistema CFC/CRCs.

Fides			R\$
Títulos	2025	2024	
Resultado patrimonial do exercício	0	-3.031.330	
Resultados acumulados exerc. anteriores	0	3.031.330	
Patrimônio líquido do Fides	0	0	

Fonte: Balanço Patrimonial 2025

Nota Explicativa

11

Resultado financeiro

O Resultado Financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320, de 1964, alinhado às orientações do Controle Interno do CFC. O superávit financeiro apurado em 2025 é de R\$111.549.510,00.

Resultado financeiro			R\$
Descrição	2025	2024	
Ativo financeiro	127.911.771	134.609.014	
(-) Passivo financeiro	16.362.260	16.642.879	
Superávit financeiro	111.549.510	117.966.135	

Fonte: Balanço Patrimonial 2025

Observa-se redução do superávit financeiro em relação ao exercício anterior, da ordem de aproximadamente 5,44%, decorrente, principalmente, da diminuição do ativo financeiro no período.

Apesar da redução, o resultado financeiro permanece superavitário, evidenciando a suficiência de recursos financeiros disponíveis para a cobertura das obrigações de curto prazo e a manutenção do equilíbrio financeiro da entidade



Nota Explicativa

12

Contas de compensação**Atos potenciais ativos e passivos**

O CFC mantém registrados, no grupo de contas de compensação, os atos potenciais ativos e passivos decorrentes de contratos, convênios e demais instrumentos que possam gerar efeitos futuros em seu patrimônio.

No âmbito dos atos potenciais passivos, destacam-se os contratos de empréstimos e auxílios concedidos aos CRCs para aquisição de veículos, implantação de sistemas de energia solar, renovação do parque de informática, bem como manutenção e reforma de sedes, cujos desembolsos ou execuções poderão impactar exercícios futuros.

Adicionalmente, estão registrados os convênios e termos de cooperação firmados com entidades representativas da profissão contábil, tais como a Federação Internacional de Contadores (Ifac), a Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) e o Comitê de Integração Latino-Europa-América (Cilea), que envolvem compromissos institucionais e operacionais de natureza não financeira imediata.

Atos Potenciais Passivos	R\$
Valor	
Empréstimos Concedidos a Executar	57.932
Obrigações Conveniadas	3.530.000
Auxílios Financeiros a CRCs	6.685.669
Total	10.273.601

Fonte: Balanço Patrimonial 2025

Os atos potenciais passivos representam compromissos assumidos cuja execução está condicionada ao cumprimento de requisitos contratuais e operacionais, não configurando, portanto, obrigações presentes reconhecidas no passivo patrimonial.

De modo geral, tais registros evidenciam compromissos relevantes assumidos pelo CFC, especialmente no apoio financeiro e institucional aos CRCs, os quais poderão resultar em desembolsos futuros.

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do CFC ao longo do exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, conforme o resultado líquido entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. O valor apurado integra o patrimônio líquido apresentado no Balanço Patrimonial.

Nota Explicativa

13

Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial representa o déficit apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial.

	R\$	
Resultado Patrimonial	2025	2024
Variações patrimoniais aumentativas	106.549.566	98.088.479
(-) Variações patrimoniais diminutivas	114.415.671	103.046.527
Déficit / Superávit	-7.866.105	-4.958.048

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais de 2025.

O Déficit Patrimonial decorreu do aumento das despesas no exercício de 2025, o que reflete diretamente nos resultados orçamentário e patrimonial. Embora a receita proveniente das anuidades, principal fonte de recursos do CFC, tenha alcançado a projeção estabelecida para o exercício, mostrou-se insuficiente para suportar as despesas contratadas. Diante desse cenário, foram aprovados dois créditos adicionais, lastreados em Superávit Financeiro, a fim de viabilizar o cumprimento das obrigações assumidas.

Balanço Financeiro (BF)

O Balanço Financeiro demonstra todas as entradas (ingressos) e saídas (dispêndios) de recursos financeiros do CFC ao longo do exercício. Ele inclui tanto as movimentações orçamentárias (receitas e despesas previstas no orçamento) quanto as extraorçamentárias (valores que não pertencem à entidade, mas transitam por ela, como depósitos e retenções).

Além disso, o demonstrativo considera o saldo disponível do exercício anterior. Ao final, apresenta o saldo financeiro que será transferido para o exercício seguinte, evidenciando a disponibilidade de recursos da entidade.

Nota Explicativa

14

Ingressos e dispêndios extraorçamentários

Nos saldos dos ingressos e dispêndios extraorçamentários estão evidenciados, especialmente, as movimentações dos depósitos restituíveis e dos valores vinculados a processos judiciais e os valores inscritos em restos a pagar, os pagamentos de exercícios anteriores e os cancelamentos de restos a pagar, entre outros, inclusive os decorrentes de ajustes e correções.

Balanço Orçamentário (BO)

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e despesas previstas em confronto com aquelas efetivamente realizadas ao longo do exercício, considerando também as alterações promovidas por meio de créditos adicionais.

A partir desse demonstrativo, apura-se o resultado orçamentário, que corresponde à diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, podendo ser superavitário ou deficitário. Esse resultado indica se os recursos arrecadados foram suficientes para a cobertura das despesas executadas no período.

Nota Explicativa

15

Resultado orçamentário

A Proposta Orçamentária do CFC para o exercício de 2025 foi aprovada pela Resolução n.º 1.752, de 2024, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 12 de dezembro de 2024, no valor de R\$98.052.479,00. O orçamento foi suplementado, nos termos da legislação vigente, por meio de superávit financeiro, no montante de R\$27.715.000,00.

No Balanço Orçamentário são registrados os valores das receitas arrecadadas e das despesas liquidadas, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um déficit orçamentário de R\$6.471.448,00.

Resultado orçamentário		R\$
Descrição	2025	2024
Receitas arrecadadas (corrente e capital)	106.588.682	93.757.689
Despesas empenhadas (corrente e capital)	113.060.131	101.711.378
Superávit	-6.471.448	-7.953.689

Fonte: Balanço Orçamentário 2025

Em 2025, o CFC registrou déficit orçamentário de R\$6.471.448,00, em razão do crescimento das despesas em ritmo superior ao das receitas. O resultado não decorreu de frustração de arrecadação, mas de decisões estratégicas voltadas ao fortalecimento estrutural, tecnológico e institucional do Sistema CFC/CRCs.

O exercício foi marcado por aumento das receitas e ampliação de investimentos, especialmente em Tecnologia da Informação, modernização da infraestrutura e apoio aos CRCs. O déficit representou cerca de 4,6% do superávit financeiro acumulado em 2024 (R\$117.970.000,00), o que evidencia a utilização planejada e sustentável das reservas, sem comprometer o equilíbrio financeiro da entidade.

Demonstrativo de execução de Restos a Pagar Processados (RPP)

O Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados evidencia os valores de obrigações empenhadas e liquidadas, porém não pagas dentro do exercício financeiro, assim como as obrigações inscritas em exercícios anteriores que foram pagas ou canceladas no exercício corrente. Em 2025, as inscrições em restos a pagar processados totalizaram R\$5.926.417,71.

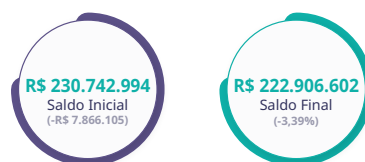
Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

O demonstrativo evidencia as movimentações ocorridas no Caixa e seus equivalentes, separando as atividades em operação, investimento e financiamento:

- Fluxo de caixa das operações: inclui entradas de receitas, como contribuições, exploração de bens e serviços, receitas financeiras e outras, bem como os desembolsos com pessoal, encargos, uso de bens e serviços, despesas financeiras e transferências.
- Fluxo de caixa de investimentos: contempla recursos relacionados à aquisição de ativos não circulantes e à concessão/amortização de empréstimos. Não houve alienação de bens durante o exercício.
- Fluxo de caixa de financiamento: evidencia recebimentos de empréstimos dos CRCs, que geram ingressos de caixa, sem desembolsos no exercício.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

O demonstrativo evidencia as variações e a evolução do patrimônio líquido do CFC nos exercícios de 2024 e 2025. No período, registrou-se uma redução de 3,39% no patrimônio líquido em relação ao exercício anterior.



O saldo final evidencia que, apesar da redução, o CFC mantém patrimônio líquido positivo, assegurando a continuidade operacional e a capacidade de honrar seus compromissos.

Considerações finais

Estas notas explicativas detalham as políticas contábeis e os valores das demonstrações financeiras de 2025 do CFC, garantindo transparência sobre a composição patrimonial. Embora o exercício apresente déficit, o CFC mantém patrimônio líquido positivo e continuidade operacional, refletindo uma gestão sustentável. O conjunto foi elaborado conforme as normas do setor público, servindo de base para decisões estratégicas.

As demonstrações contábeis analíticas podem ser acessadas integralmente por meio do Portal de Transparência.

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

Contador 
Aécio Prado Dantas Júnior
Presidente do CFC
CRCSE – 004187/O

Contadora 
Angela Maria Fazon Pereira
CRCPR – 43954/O-4T-DF

Expediente

Contador Aécio Prado Dantas Júnior
Presidente

Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Vice-Presidente de Governança e de Gestão Estratégica

Contadora Maria Dorgivânia Arraes Barbará
Vice-Presidente de Política Institucional

Contador Carlos Henrique do Nascimento
Vice-Presidente de Registro

Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos
Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contadora Ana Luíza Pereira Lima
Vice-Presidente de Controle Interno

Contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues
Vice-Presidente Técnica

Contador Sebastião Célio Costa Castro
Vice-Presidente Administrativo

Contador José Donizete Valentina
Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Adriana Guimarães
Diretora de Gestão Operacional

Elys Souza
Diretora de Estratégias e Parcerias Globais

Comissão responsável pela elaboração do Relatório de Gestão do CFC referente ao exercício de 2025 | [Portaria CFC n.º 386, 18 de agosto de 2025](#)

Adriana da Silva Guimarães
Aline Souza de Oliveira
Angela Maria Fazon Pereira
Daniel Amaral Guerra
Eliane dos Santos Rosa
Eunice Rosa de Melo dos Santos
Fabrícia Gonçalves de Andrade
Jaqueline Rodrigues Portela Elmiro
Lorena Maria de Azevedo Molter da Silva
Thiago Luis Gomes

Revisão
Maria do Carmo Nóbrega

Projeto gráfico
Dianne Freitas

Diagramação
Dianne Freitas, Sabrina Mourão e Thiago Luis

